

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS
1º Trimestre de 2026

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Órgão Superior



MINISTRO DO TRABALHO

LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE LOGÍSTICA, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

ROGERIO XAVIER ROCHA

Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos

WELINTON VITOR DOS SANTOS

Coordenadora de Contabilidade

PATRICIA DE MELO COSTA

Elaboração

Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil

Crislaine dos Santos Diniz

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Informações:

Telefone: 2031- 6031

Correio eletrônico: ccont@trabalho.gov.br

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL	4
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	12
BALANÇO FINANCEIRO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
IV – NOTAS EXPLICATIVAS	16
1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	18
1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	18
2. CRÉDITOS DE CURTO E LONGO PRAZO.....	24
2.1 Empréstimos e Financiamentos Concedidos curto e longo prazo	24
2.2 Demais Créditos e Valores.....	28
2.3 (-) Ajuste para Perdas em Créditos.....	30
3. IMOBILIZADO	47
3.1 Bens Móveis	49
3.2 Bens Imóveis.....	49
4. INTANGÍVEL.....	51
5. PASSIVO	53
5.1 Passivo Circulante	53
5.2 Passivo Não Circulante	54
5.2.1 Provisões	54
5.2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciais e Assistenciais.....	55
5.2.2 Demais Obrigações	61
5.2.3 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	62
5.3 Patrimônio Líquido	62
6. CONTAS DE CONTROLE	63
6.1 Convênios e Instrumentos Congêneres	64
6.2 Contratos em Execução.....	65
6.3 Créditos Tributários.....	67
6.4 Benefícios Previdenciários.....	68
6.5 Diversos Responsáveis.....	68
6.6 Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa	69
7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	71
7.1 Resultado Patrimonial.....	71
7.2 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	71
7.3 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.....	71
7.4 Desempenho Financeiro.....	71
7.5 Desempenho Não Financeiro	72
7.6 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada	73
8 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	75
8.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa	75
8.2 Restos a Pagar.....	77
9 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	81
9.1 Geração Líquida de Caixa.....	81
9.2 Atividades Operacionais.....	81
9.3 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa	81
10. BALANÇO FINANCEIRO	82
10.1 Resultado Financeiro.....	82
10.2 Receitas e Despesas Orçamentárias	82
10.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas.....	82
10.4 Pagamentos e Recebimentos Extra orçamentários	82
12 – ANEXO.....	83

LISTA DE SIGLAS e ABREVIACÕES

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especial
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

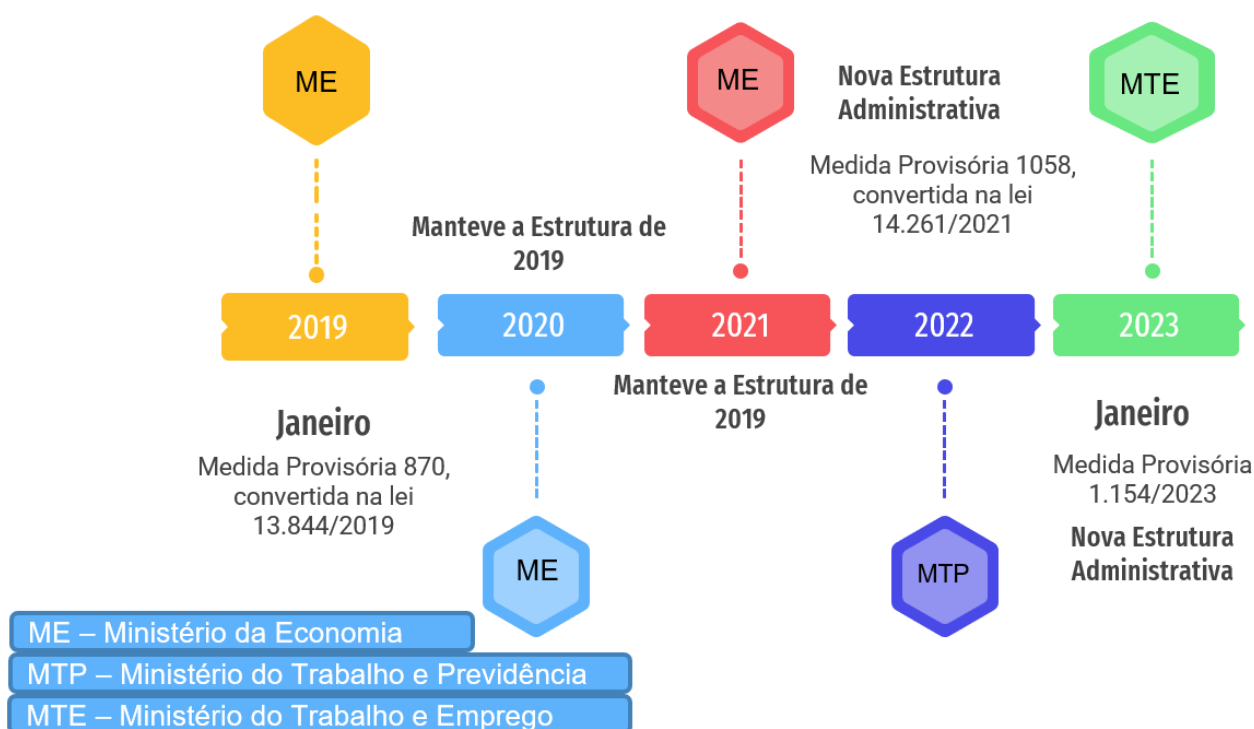
I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

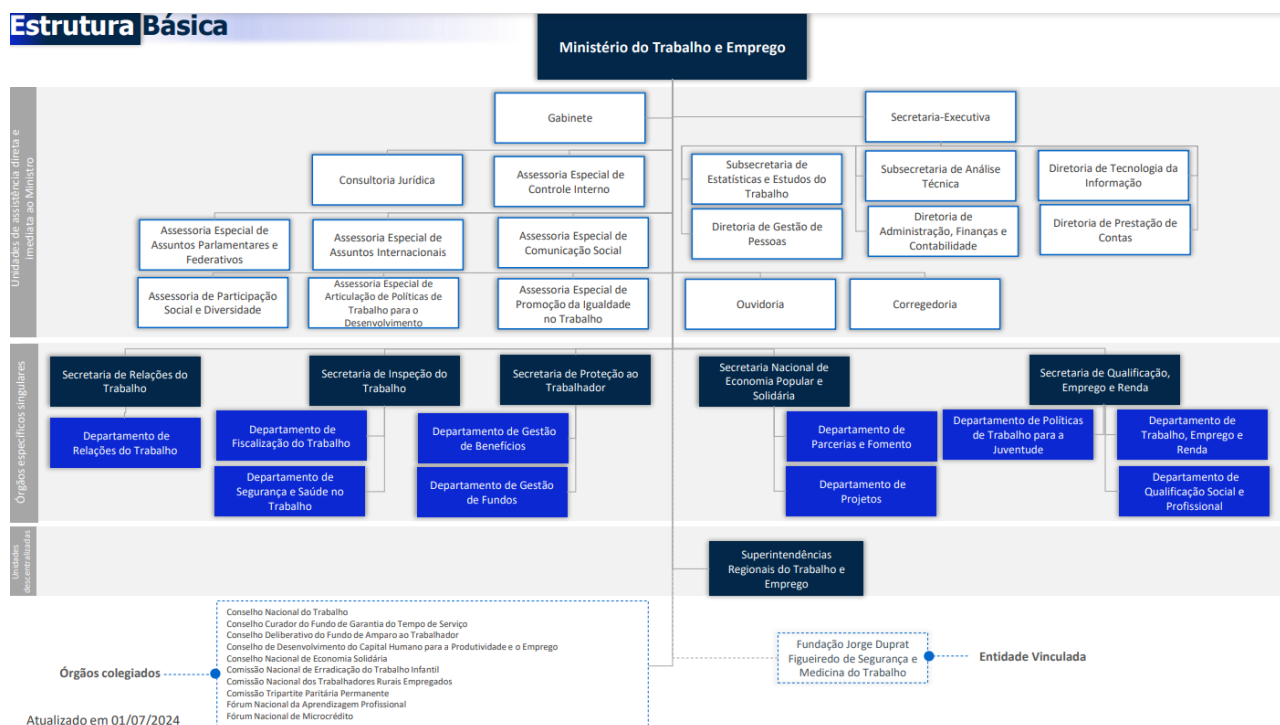
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. Ocorrendo neste ato a cisão das pastas Trabalho e Previdência, recriando-se o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, regulamentada pelo Decreto nº 11.779/2023.



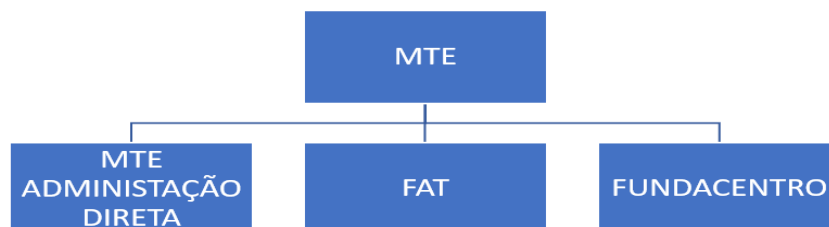
A Lei nº 14.600/2023 definiu, ainda, em seu art. 46, como área de competência do MTE:

- I. política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II. política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III. fiscalização do trabalho, inclusive dos trabalhos portuário e aquaviário, e aplicação das sanções por descumprimento de normas legais ou coletivas;
- IV. política salarial;
- V. intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI. segurança e saúde no trabalho;
- VII. economia popular e solidária, cooperativismo e associativismo;
- VIII. carteira de trabalho, registro e regulação profissionais;
- IX. registro sindical;
- X. produção de estatísticas, de estudos e de pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI. políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII. políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII. políticas direcionadas à relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XIV. políticas para enfrentamento da informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, bem como ações para mitigar a rotatividade do emprego;
- XV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- XVI. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>.

Quanto aos demonstrativos contábeis, o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito da estrutura do sistema federal de contabilidade, atua como setorial de Órgão Superior dos seguintes órgãos vinculados:

- Administração Direta (MTE);
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Medicina do Trabalho (Fundacentro);



A Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2026, teve como base a estrutura administrativa vigente em 2023, aprovada a LOA, os créditos orçamentários foram consignados na unidade orçamentária 40101.

Dotação Inicial	Dotação Atual
123.140.135.974	123.140.135.974

Fonte: SIOP 2026 - Valores em R\$

Na tabela acima observa-se que não houve aumento ou redução na Dotação Inicial para a Dotação Atual.

Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as cinco maiores ações que representam 98,82% do total do orçamento do MTE – Órgão Superior para o Exercício Financeiro de 2026. O quadro a seguir apresenta os valores da dotação atual das seis ações orçamentária citadas acima:

Ação	Dotação Atual	%
00H4 - Seguro Desemprego	63.419.666.850	51,50%
0581 - Abono Salarial	33.554.831.804	27,25%
0158 - Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES	22.994.229.521	18,67%
Total	119.968.728.175	97,42%

Fonte: SIOP 2026 - Valores em R\$

O FAT representa 97,77 do total do orçamento alocado ao MTE, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	Fundacentro	AD - MTE	FAT	Total
2026 -	132.666.517	2.609.499.698	120.397.969.759	123.140.135.974
FAT	0,11%	2,12%	97,77%	100,00%

Fonte: SIOP
Valores em R\$

O
tem

orçamento entorno de R\$ 120 bilhões, enquanto MTE Administração Direta dispõe de R\$ 2,6 bilhões e a Fundacentro R\$ 132 milhões.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Notas Explicativas.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis (DCON), acompanhadas das respectivas notas explicativas.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	74.935.413.454	62.241.327.861
Créditos a Curto Prazo		12.802.494.984	17.850.946.911
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.459.000.546	11.657.716.208
Demais Créditos e Valores	2.2	12.432.744.508	11.993.733.901
(-) Ajustes para Perdas		-6.089.250.071	-5.800.503.197
Estoques		2.172.323	2.176.106
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda			-
VPDs Pagas Antecipadamente			-
Total Ativo Circulante		87.740.080.761	80.094.450.878
Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		514.198.172.002	504.834.283.055
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		478.623.840.600	469.793.355.219
Créditos a Longo Prazo		35.574.331.402	35.040.927.835
Demais Créditos e Valores	2.2	60.422.257.362	59.591.385.950
(-) Ajustes para Perdas	2.4	-24.847.925.960	-24.550.458.115
Imobilizado	3	536.261.417	539.365.789
Intangível		126.819.974	124.974.290
Total Ativo não Circulante		514.861.253.393	505.498.623.134
Total do Ativo		602.601.334.154	585.593.074.011

Fonte: Siafi/2026

<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Circulante			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar		236.500.008	13.735.568.861
Empréstimos e Financiamento		0	0
Fornecedores e Contas a Pagar		21.402.548	3.269.390
Obrigações Fiscais		63.943	94.448
Transferências Fiscais a Curto Prazo	5.2.1	100.750	750
Provisões	5.2.2	30.081.277.718	35.264.728.651
Demais Obrigações		811.114.404	313.443.682
Total Passivo Circulante		31.150.459.371	49.317.105.782
Não Circulante			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.			
Empréstimos e Financiamentos		0	0
Fornecedores e Contas a Pagar		0	0
Obrigações Fiscais a Longo		0	0
Transferências Fiscais a Longo prazo	5.2.1	0	0
Provisões	5.2.2	34.270.134.705	34.270.134.705
Demais Obrigações		914	914
Total Passivo Não Circulante		34.270.135.619	34.270.135.619
Total Passivo		65.420.594.991	83.587.241.401

Fonte: Siafi/2026

<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0	0
Reservas de Lucros		0	0
Demais Reservas		36.076.281	35.944.049
Resultados Acumulados		537.144.662.883	501.969.888.561
Resultado do Exercício		35.187.804.122	33.197.497.439
Resultados de Exercícios Anteriores		501.969.888.561	468.656.808.736
Ajustes de Exercícios Anteriores		-13.029.801	115.582.387
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0	0
Total do Patrimônio Líquido		537.180.739.163	502.005.832.610
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		602.601.334.154	585.593.074.011

Fonte: Siafi/2026

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Ativo		
Financeiro	74.935.413.454	62.241.327.861
Permanente	527.665.920.699	523.351.746.151
Total	602.601.334.154	585.593.074.011
Passivo	-	-
Financeiro	1.551.600.858	6.079.228.314
Permanente	64.480.830.009	77.905.628.312
Total	66.032.430.867	83.984.856.627
Saldo Patrimonial	536.568.903.287	501.608.217.385

Fonte: Siafi/2026

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	27.542.881	22.925.707
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	164.158.079	191.829.402
Total	191.700.960	214.755.109

Fonte: Siafi/2026

<i>Passivo</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	355.299.080	422.453.406
Obrigações Contratuais	5.479.395.893	4.876.629.593
Total	5.834.694.972	5.299.082.999

Fonte: Siafi/2026

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>	<i>31/03/2026</i>
Recursos Ordinários	-445.073.781
Recursos Vinculados	73.828.886.378
Seguridade Social (Exceto Previdência)	73.616.574.011
Previdência Social (RPPS)	-46.672.997
Dívida Pública	-5.569.996
Fundos, Órgãos e Programas	264.555.360
Total	73.383.812.597

Fonte: Siafi/2026

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
Aumentativa	7		
Impostos, Taxas e Contribuições de Contribuições		0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		25.838.721.874	25.432.522.612
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	61.702
Transferências e Delegações Recebidas		12.920.549.983	11.496.277.327
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		86.334.308.946	103.836.410.891
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		39.434.673	61.841.667
		3.237.364.910	2.419.794.214
		128.370.380.386	143.246.908.413
Diminutiva	7		
Pessoal, e Encargos		462.225.340	366.938.660
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		491.085.341	16.668.669.232
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		105.291.685	82.214.176
Variações Patrimoniais Diminutivas		2.146.900.918	2.842.095.902
Transferências e Delegações Concedidas		87.157.924.415	106.086.573.941
Desvalorização e Perda de Ativos e		1.356.501.076	435.516.224
Tributárias		140.411	161.625
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.462.507.079	1.138.256.916
		93.182.576.264	127.620.426.676
Resultado Patrimonial do Período		35.187.804.122	15.626.481.737

Fonte: Siafi/2026

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente				
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	23.036.107.021	23.036.107.021	25.555.110.269	2.519.003.248
Receita Patrimonial	7.653.338.040	7.653.338.040	1.509.259.580	-6.144.078.460
Receitas de Serviços	24.079.835.603	24.079.835.603	12.155.191.430	-11.924.644.173
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.424.281.868	1.424.281.868	429.807.681	-994.474.187
	56.193.562.532	56.193.562.532	39.649.368.961	-16.544.193.571
Capital				
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
	0	0	0	0
Subtotal de Receitas	56.193.562.532	56.193.562.532	39.649.368.961	-16.544.193.571
Subtotal com Refinanciamento	56.193.562.532	56.193.562.532	39.649.368.961	-16.544.193.571
DEFICIT	0	0	0	0
Total das Receitas Orçamentárias	56.193.562.532	56.193.562.532	39.649.368.961	-16.544.193.571
Créditos Adicionais Abertos	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

Fonte: Siafi/2026

<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente						
Pessoal e Encargos Sociais	1.689.751.083	1.689.751.083	634.259.725	423.602.566	258.729.021	1.055.491.358
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	98.089.577.976	98.089.757.976	14.246.469.997	14.104.726.747	14.092.108.501	83.843.287.979
	99.779.329.059	99.779.509.059	14.880.729.722	14.528.329.313	14.350.837.522	84.898.779.337
Capital						
Investimentos	68.780.999	68.600.999	3.449.506	9.315	9.200	65.151.493
Inversões Financeiras	22.994.229.521	22.994.229.521	7.250.252.218	7.250.252.218	7.250.252.218	15.743.977.303
	23.063.010.520	23.062.830.520	7.253.701.724	7.250.261.533	7.250.261.418	15.809.128.796
Reserva de Contingência	297.796.395	297.796.395	0	0	0	297.796.395
Subtotal das Despesas	123.140.135.974	123.140.135.974	22.134.431.446	21.778.590.846	21.601.098.940	101.005.704.528
Subtotal com Refinanciamento	123.140.135.974	123.140.135.974	22.134.431.446	21.778.590.846	21.601.098.940	101.005.704.528
Superávit	0	0	0	0	0	0
Total das Despesas Orçamentárias	123.140.135.974	123.140.135.974	22.134.431.446	21.778.590.846	21.601.098.940	101.005.704.528

Fonte: Siafi/2026

RESTO A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de Dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais	1.178.247	4.385.047	1.143.914	1.143.914	0	4.419.380
Outras Despesas Correntes	212.651.131	5.440.227.717	5.191.275.773	5.177.395.811	138.206.683	337.276.355
Subtotal	213.829.378	5.444.612.764	5.192.419.687	5.178.539.725	138.206.683	341.695.734
Despesa de Capital						
Investimentos	10.052.415	21.955.112	8.249.460	8.012.292	3.136.713	20.858.522
Subtotal	10.052.415	21.955.112	8.249.460	8.012.292	3.136.713	20.858.522
Total	223.881.794	5.466.567.876	5.200.669.147	5.186.552.017	141.343.396	362.554.256

Fonte: Siafi/2026

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	326.896	168.939.112	168.818.919	0	447.089
	Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0
	Outras Despesas Correntes	1.474.889	12.415.787	12.394.354	9.992	1.486.331
	Subtotal	1.801.785	181.354.899	181.213.273	9.992	1.933.420
Despesa de Capital	Investimentos	0	1.051	1.051	0	0
	Subtotal	0	1.051	1.051	0	0
Total		1.801.785	181.355.951	181.214.324	9.992	1.933.420

Fonte: Siafi/2026

BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
Receitas Orçamentárias	<u>10</u>	39.649.368.961	38.813.327.886,59De
Ordinárias		4.276.036	604.081
Vinculadas		46.080.181.761	43.548.646.446
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-6.435.088.835	-4.735.922.640
		39.649.368.961	38.813.327.887
Transferências Financeiras Recebidas	<u>10.2</u>		
Resultantes da Execução Orçamentária		59.301.205.362	62.508.539.667
Independentes da Execução Orçamentária		27.030.679.824	30.026.215.565
Aporte ao RGPS		0	0
		86.331.885.187	92.534.755.232
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		177.491.906	123.055.033
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		355.840.599	282.275.759
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		451.016.815	2.850.656
Outros Recebimentos Extraorçamentários		559.092.405	335.441.238
		1.543.441.726	743.622.686
Saldo do Exercício Anterior			
Caixa e Equivalentes de Caixa		62.241.327.861	60.283.814.662
		62.241.327.861	60.283.814.662
Total		189.766.023.734	192.375.520.467

<i>Dispêndios</i>		<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
Despesas Orçamentárias	<u>10</u>		
Ordinárias		620.148.626	502.221.721
Vinculadas		21.514.282.820	25.902.856.979
		22.134.431.446	26.405.078.699
Transferências Financeiras Concedidas	<u>10.2</u>		
Resultantes da Execução Orçamentária		39.721.674.048	45.760.900.998
Independentes da Execução Orçamentária		47.382.455.730	48.994.228.111
		87.104.129.778	94.755.129.109
Pagamentos Extraorçamentários			
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		181.214.324	150.124.865
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.186.552.017	2.928.229.611
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.371.243	1.292.710
Outros Pagamentos Extraorçamentários		220.911.472	3.183.355
		5.592.049.056	3.082.830.540
Saldo do Exercício Seguinte			
Caixa e Equivalentes de Caixa		74.935.413.454	68.132.482.119
		74.935.413.454	68.132.482.119
Total		189.766.023.734	192.375.520.467

Fonte: Siafi/2026

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Fluxos de Caixa</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
Das Atividades Operacionais	<u>9</u>	19.948.447.877	15.042.028.653
Ingressos			
Receita Tributária		0	0
Receita de Contribuições		25.555.110.269	26.043.154.756
Receita Patrimonial		1.453.232.449	0
Receita Industrial		0	0
Receita de Serviços		12.155.191.430	11.298.236.451
Remuneração das Disponibilidades		56.027.131	968.011.689
Outras Receitas Derivadas e Originárias		429.807.681	503.924.990
Transferências Recebidas		0	0
Outros Ingressos Operacionais		87.341.485.965	92.872.539.527
		126.990.854.926	131.685.867.414
Desembolsos			
Pessoal, e Demais Despesas		-19.622.156.575	-21.829.505.300
Transferências Concedidas		-91.837.981	-54.728.288
Outros Desembolsos Operacionais		-87.328.412.492	-94.759.605.173
		-107.042.407.049	-116.643.838.761
			15.042.028.653
das Atividades de Investimento		-7.254.362.283	-7.193.361.196
Desembolsos			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-4.062.487	-54.461
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.250.252.218	-7.193.242.706
		-47.579	-64.029
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.694.085.594	7.848.667.457
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		62.241.327.861	60.283.814.662
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		74.935.413.454	68.132.482.119

Fonte: Siafi/2026

IV – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do MTE e suas supervisionadas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCON do Órgão Superior MTE foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis dos órgãos e entidades do MTE, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, *impairment* pelas perdas da redução do valor recuperável de ativos e instrumentos financeiros mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MTE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Ministério do Trabalho e Emprego, seus órgãos e entidades é o real.

2.2 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.3 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

2.3.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

2.3.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.3.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Observa-se que no Ministério do Trabalho o Caixa e equivalente de Caixa, valor superior a (99,69%) ocorreu na conta de aplicações Financeiras da Lei Orçamentária anual de 2026.

CONSOLIDADO				
Total	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Aplicações Financeiras	74.703.199.485	99,69%	62.013.806.736	20,46%
BANCOS - Caixa Econômica	159.174	0,00%	51.373	209,84%
Conta única	48.224.495	0,06%	48.039.462	0,39%
Limite de Saque	183.830.300	0,25%	179.430.290	2,45%
Depósitos Rest e Valores Vinc	0	0,00%	0	0,00%
0	74.935.413.454	100%	62.241.327.861	233,14%

Fonte: Siafi/2026

AD - MTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Aplicações Financeiras	0	0,00%	0	0,00%
BANCOS - Caixa Econômica	0	0,00%	0	0,00%
Conta única	1.012.546	0,82%	992.131	2,06%
Limite de Saque	122.276.256	99,18%	137.475.086	-11,06%
Depósitos Rest e Valores Vinc	0	0,00%	0	0,00%
Total	123.288.802	100%	138.467.217	-9,00%

Fonte: Siafi/2026

FUNDACENTRO				
Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Aplicações Financeiras	0	0,00%	0	0,00%
BANCOS - Caixa Econômica	159.174	0,29%	51.373	209,84%
Conta única	47.211.949	84,79%	47.047.331	0,35%
Limite de Saque	8.309.666	14,92%	8.257.593	0,63%
Depósitos Rest e Valores Vinc	0	0,00%	0	0,00%
Total	55.680.790	100%	55.356.297	210,82%

Fonte: Siafi/2026

FAT				
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Aplicações Financeiras	74.703.199.485	99,93%	62.013.806.736	20,46%
Limite de Saque	53.244.377	0,07%	33.697.611	58,01%
Total	74.756.443.863	100%	62.047.504.347	78,47%

Fonte: Siafi/2026

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	74.756.443.863	99,76%	62.047.504.347	20,48%
AD - MTE	123.288.802	0,16%	138.467.217	-10,96%
FUNDACENTRO	55.680.790	0,07%	55.356.297	0,59%
Total	74.935.413.454	100,00%	62.241.327.861	10,11%

Fonte: Siafi/2026

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, que compreende o numerário disponível para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do FAT, além dos valores com aplicações financeiras registradas na unidade gestora 380916 – Coordenação Geral de Recursos do FAT – CGRFAT, em contas de fundo extramercado e depósitos especiais.

Caixa e Equivalentes de Caixa – FAT

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/20245</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aplicação Extra-Mercado	71.237.592.022	58.315.281.082	22%	95%
Depósitos Especiais	3.465.607.463	3.698.525.654	-6%	5%
Limite de Saque	53.244.377	33.697.611	58%	0%
Total	74.756.443.863	62.047.504.347	20%	100%

Fonte: Siafi/2026

Verifica-se um acréscimo de 20% no saldo de caixa e equivalentes de caixa, proveniente do aumento nas aplicações extramercado, que tiveram um resultado superavitário no início de 2026. Registra-se, ainda, uma redução de 6% nos valores aplicados em depósitos especiais, decorrente dos resgates realizados no período.

Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

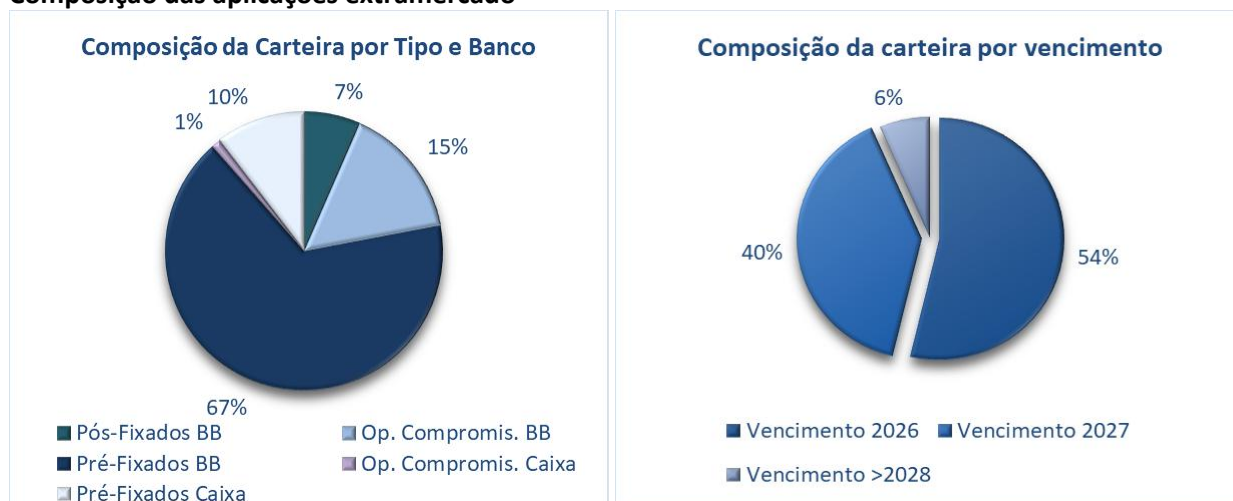
a) Aplicações Extra - Mercado

Para assegurar, em tempo hábil, os recursos necessários para o pagamento das despesas do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, o FAT aplica parte de suas disponibilidades financeiras em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central do Brasil. Essas aplicações, conhecidas como fundo de aplicação extramercado, são remuneradas e disponíveis para movimentação imediata nas instituições financeiras oficiais federais. A parcela das disponibilidades do FAT constitui uma reserva mínima de liquidez, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.019/1990, destinada a garantir os recursos necessários.

O resultado da remuneração do fundo extramercado constitui receita do FAT e tais recursos são remunerados pelos indicadores de mercado, como a inflação ou a SELIC, e a mensuração contábil é realizada pelo valor justo, que no caso é o valor atual de mercado (posição patrimonial “precificado a mercado”).

A carteira de investimentos nos Fundos Extramercado é composta pela carteira do Banco do Brasil - BB e Carteira da Caixa Econômica Federal – CEF, apresentadas a seguir:

Composição das aplicações extramercado



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Aplicações por instituição financeira

Banco do Brasil	
Resumo	Valor
Títulos	63.085.182.139
Depósito C/C	128.254
Taxas Diferidas	-
Taxa de Adm.	-5.023.306
Auditoria/Outros	-572.782
Disp. CETIP	-33.427
Taxa SELIC	-83.057
Provisão de Auditoria	-15.317
Total	63.079.582.499

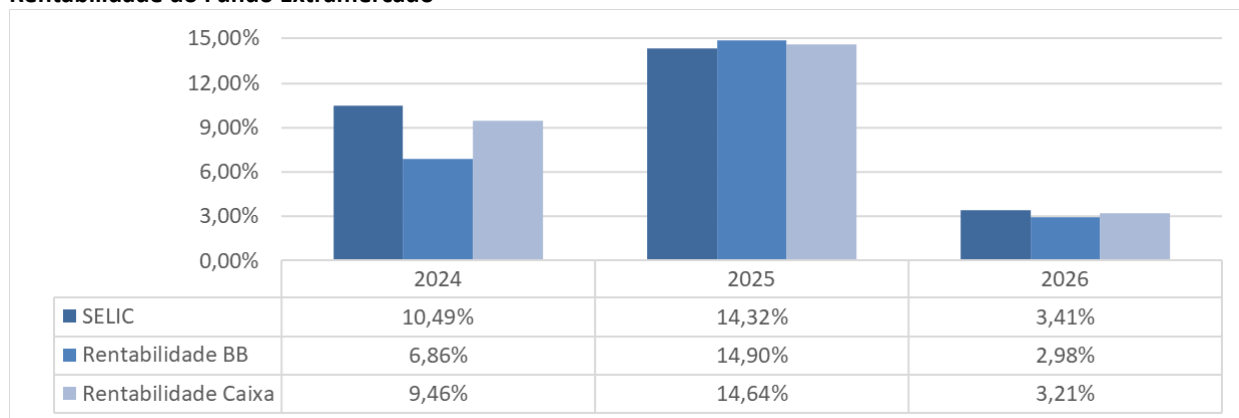
Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Resumo	Valor
Títulos	8.158.457.800
Depósito C/C	10.914
Taxas Fisc. CVM a Rec.	-13.943
Taxa de Adm.	-566.573
Auditoria/Outros	-3.513
Taxa SELIC	-20.286
Provisão de Auditoria	145127
Total	8.158.009.523

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Abaixo apresentamos o percentual de rentabilidade dos últimos anos por instituição financeira:

Rentabilidade do Fundo Extramercado



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Com a postergação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a inclusão das receitas patrimoniais no cálculo, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 135/2024, 30% da remuneração das aplicações financeiras do FAT no primeiro trimestre de 2026 foram desvinculadas e recolhidas ao Tesouro Nacional, perfazendo o montante aproximado de R\$ 450 milhões no período.

Movimento de Aplicação Extramercado – FAT

<i>Aplicação Extra-Mercado</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Saldo Inicial	58.315.281.082	55.692.046.274	5%
(+) Aplicação Financeira	12.558.356.434	51.595.551.753	-76%
(-) Resgate	-1.109.473.757	-55.074.291.767	-98%
(+/-) Remuneração	1.473.428.263	6.101.974.822	-76%
Total	71.237.592.022	58.315.281.082	22%

Fonte: SIAFI, 2026.

A variação positiva de 22% nas aplicações em relação ao registrado em 31/12/2025 foi impulsionada pela diminuição no volume de resgates efetivados no período, justificado em parte pelo cronograma de desembolso do Abono Salarial.

b) Depósitos Especiais

Os Depósitos Especiais consistem em recursos disponibilizados às instituições financeiras oficiais para aplicação em programas de geração de emprego e renda, por meio da concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas conforme estabelece a Lei nº 8.352/91. Esses recursos têm origem nas disponibilidades financeiras do Fundo que excedem a Reserva Mínima de Liquidez (RML), para serem aplicados em programas específicos de aplicações que são aprovados pelo CODEFAT de acordo com proposta elaborada pelos bancos oficiais, e enquanto disponíveis nas instituições financeiras são remunerados pela SELIC, TJLP e TLP.

Movimento dos Depósitos Especiais

<i>Depósitos Especiais</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Saldo Inicial	3.698.525.654	4.331.316.693	-15%
(+) Aplicação Financeira	-	-	0%
(-) Resgate	-282.698.736	-998.867.446	-72%
(+/-) Remuneração	49.780.545	366.076.407	-86%
Total	3.465.607.463	3.698.525.654	-6%

Fonte: SIAFI, 2026.

Cabe destacar que os depósitos especiais correspondem a aplicações financeiras de liquidez imediata e amortizações com prazos reduzidos de exigibilidade, não se confundindo com os empréstimos constitucionais do FAT ao BNDES. Conforme demonstrado na tabela acima, observa-se uma variação negativa de 6% nos depósitos especiais em relação ao exercício de 2025, reflexo dos resgates efetuados e da menor remuneração recebida em relação a 31/12/2025. Em 2026 não foram registrados novos aportes financeiros nesses depósitos.

Depósitos Especiais - Por instituições Financeiras

<i>Instituições Financeiras</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
BNDES	3.262.227.252	3.476.512.592	-6%	94%
BB	203.380.211	222.013.062	-8%	6%
Total	3.465.607.463	3.698.525.654	-6%	100%

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Os depósitos especiais concedidos ao BNDES correspondem a 94% do saldo dessas aplicações e apresentaram uma redução de 6% no valor dessas operações financeiras.

Depósitos especiais – Por Indexadores

<i>Depósitos Especiais</i>	<i>BNDES</i>	<i>BB</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Recursos Disponíveis				
FAT Selic	279.924.754	28.816.027	308.740.780	9%
Recursos Aplicados			-	
FAT TJLP	578.609.600	10.770.951	589.380.551	17%
FAT TLP	2.435.367.715	165.938.917	2.601.306.631	74%
Total	3.293.902.068	205.525.895	3.499.427.963	100%

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT (COFAT/CGF/DFC/SETRAB/MTE), 2026.

Com base nas informações acima, verifica-se que os recursos aplicados como depósitos especiais são remunerados por meio de taxas, em parte fixa e em parte variável, atreladas a taxa básica de juros e que são destinadas a subsídios financeiros de setores estratégicos da economia. No curto prazo, 9% são aplicados pelo FAT Selic, e no longo prazo pela TJLP e TLP. As remunerações são majoritariamente formadas pela TLP (74%), uma taxa de juros de longo prazo que desde 2018 substituiu a TJLP.

Verifica-se uma diferença de R\$ 33,82 milhões a maior no valor total da Tabela 7 em relação ao saldo registrado, justificado pela CGRFAT devido a remunerações dos depósitos de março de 2026 a serem conciliados na competência abril de 2026. Esta falta de conciliação decorre de dificuldade operacional no recebimento dos extratos bancários, visto que são recebidos apenas após o dia 10 de cada mês e precisam ser previamente conciliados pela CGRFAT antes de serem registrados no sistema. Dessa forma, o registro no SIAFI só pôde ser realizado no mês seguinte ao da competência.

Tipo de Recursos

As disponibilidades do Fundo de Amparo ao Trabalhador são compostas em quase sua totalidade de receitas classificadas em fontes de recursos cuja destinação é restrita por legislação específica, acumuladas por órgãos e fundos e que não dispõe de flexibilidade para sua utilização (recursos vinculados ou “carimbados”).

No FAT, essa vinculação ocorre devido aos recursos do PIS/PASEP, que são aplicados nos programas de Seguro-Desemprego e Abono Salarial (Fonte 1040 1049), no BNDES (no mínimo 28% na fonte 1041), conforme o dispositivo constitucional, art. 239.

Os recursos vinculados do Fundo apresentaram um acréscimo de 20% no período. Ressalta-se que os recursos ordinários tiveram redução de 95% devido a menor necessidade de utilização de transferências do Tesouro Nacional em 2026.

Tipo de Recursos – Por Grupos de Fontes

<i>Tipo de Recursos</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Recursos Ordinários	70.672	1.409.586	-95%	0%
Recursos Vinculados	74.756.373.191	62.046.094.761	20%	100%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos Programas	74.756.211.727	62.045.933.297	20%	100%
Recursos de Alienação de Bens e Direitos	161.464	161.464	0%	0%
Recursos Ordinários	74.756.443.863	62.047.504.347	20%	100%

Fonte: SIAFI, 2026.

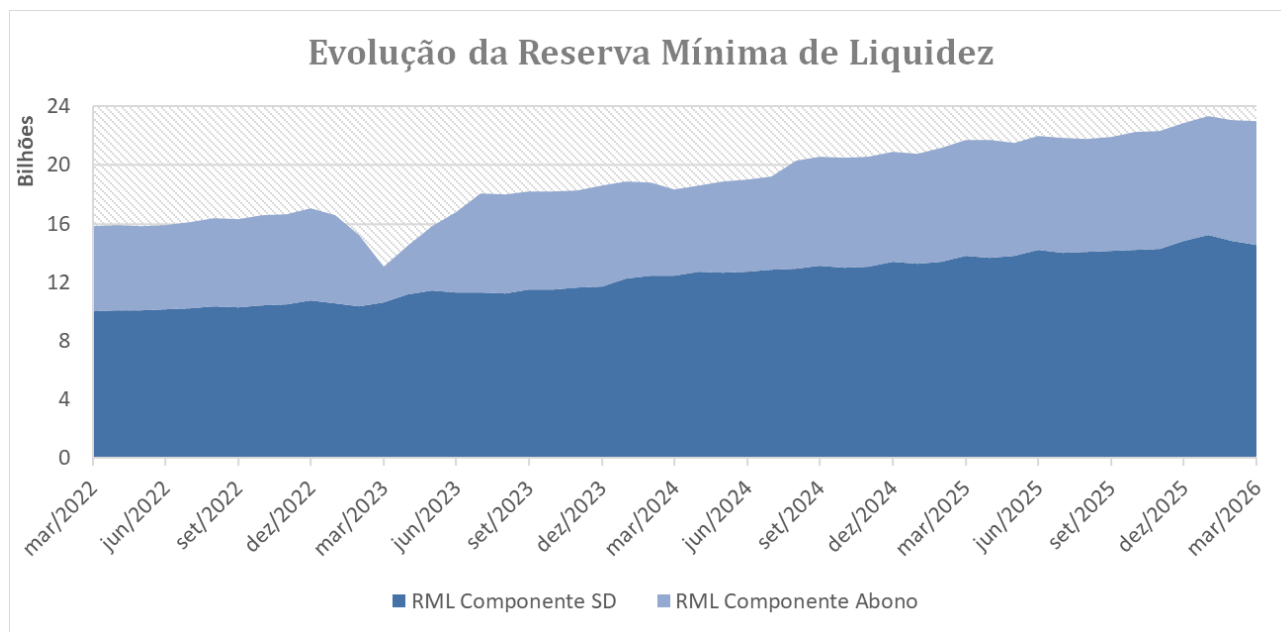
Reserva Mínima de Liquidez

Conforme o art. 3º, da Lei nº 13.932/2019, a reserva mínima de liquidez não poderá ser inferior ao montante equivalente a 3 (três) meses de pagamentos do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial de que trata o [art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990](#), computados por meio da média móvel dos desembolsos efetuados nos 12 (doze) meses anteriores, atualizados mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

De acordo com os cálculos da Diretoria de Gestão de Benefícios, a Reserva Mínima de Liquidez em março de 2026 é de R\$ 22,99 bilhões. Justifica-se o aumento da RML em relação ao trimestre

anterior devido a oscilações da média móvel de ambos os componentes “Seguro-Desemprego” e “Abono Salarial”, que cresceram 5,45% e 6,49% respectivamente, em relação a 2025.

Reserva mínima de liquidez do FAT



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026. Valores em bilhões de reais.

Política Contábil

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2. Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.1 Empréstimos e Financiamentos Concedidos curto e longo prazo

<i>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	485.082.841.147	1%	481.451.071.427	100%
Total	485.082.841.147	100%	481.451.071.427	100,00%

Fonte: Siafi/2026

Ao FAT pertencem 100% das operações, em 31/03/2026, o total de recursos sob custódia do BNDES é em torno de 485 bilhões, representando um aumento de 1% em relação a 31/12/2025. A maior parte da carteira está aplicada em taxas de longo prazo.

FAT Constitucional

Os créditos a receber de curto e longo prazo referem-se a valores repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES denominado de Financiamentos Constitucionais ao BNDES ou simplesmente "FAT Constitucional".

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 239, §1º, estabelece que pelo menos 28% dos recursos provenientes da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) devem ser destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses recursos são repassados a cada decêndio (período de dez dias).

Vale lembrar que a Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou esse percentual, reduzindo de 40% para 28% os recursos destinados ao BNDES. Além disso, essa emenda afastou a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os valores repassados ao BNDES.

De acordo com a redação da Resolução CODEFAT/MTE nº 1009, de 29 de outubro de 2024, os recursos do FAT Constitucional serão remunerados pelo BNDES ao Fundo de acordo com as regras de aplicação em operações de financiamento, devendo ser remuneradas pelas seguintes taxas:

- Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);
- Taxa de Longo Prazo (TJLP)
- Taxa Referencial (TR)
- Taxa Prefixadas (Taxa Pré e Taxa Pré MPME)
- Pela Variação Cambial do dólar ou do euro, acrescidos de taxas negociadas no comércio exterior expressas na legislação vigente.

As operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 são remuneradas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no caso do FAT-TJLP, e por taxas de juros do mercado internacional, no caso da modalidade FAT-Cambial. A partir de 1º de janeiro de 2018, com a entrada em vigor da Lei nº 13.483/2017, de 21 de setembro de 2017, os recursos ordinários aplicados em operações de financiamento passaram a ser, em regra, remunerados pela Taxa de Longo Prazo (TLP) e pela Taxa Referencial (TR) para os financiamentos à inovação. Esses recursos são transferidos pelo BNDES semestralmente, nos meses de janeiro e julho.

O CODEFAT estabeleceu a partir da Resolução nº 320/2023 CODEFAT, nos termos do parágrafo 2º do art. 5º da Lei 9.365/1996, a utilização do percentual de 50% dos recursos ordinários do Fundo de Amparo ao Trabalhador na modalidade FAT Cambial, podendo ser utilizados para financiamento de empreendimentos e projetos voltados à produção e comercialização de bens com reconhecida inserção internacional.

Os recursos não aplicados em operações de financiamento são remunerados pela taxa SELIC, com um desconto de 0,09% ao ano. A remuneração desses recursos é recolhida mensalmente ao FAT.

Para manter a reserva e pagar os benefícios, até a edição da Medida Provisória nº 889/2019, convertida na Lei nº 13.932/2019, o prazo para devolução desses recursos era indeterminado. Isso ocorria porque, de acordo com a antiga redação do art. 7º da Lei nº 8.019/1990, o Fundo de Amparo ao Trabalhador

(FAT) tinha a prerrogativa de requerer ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a devolução dos recursos apenas quando necessário.

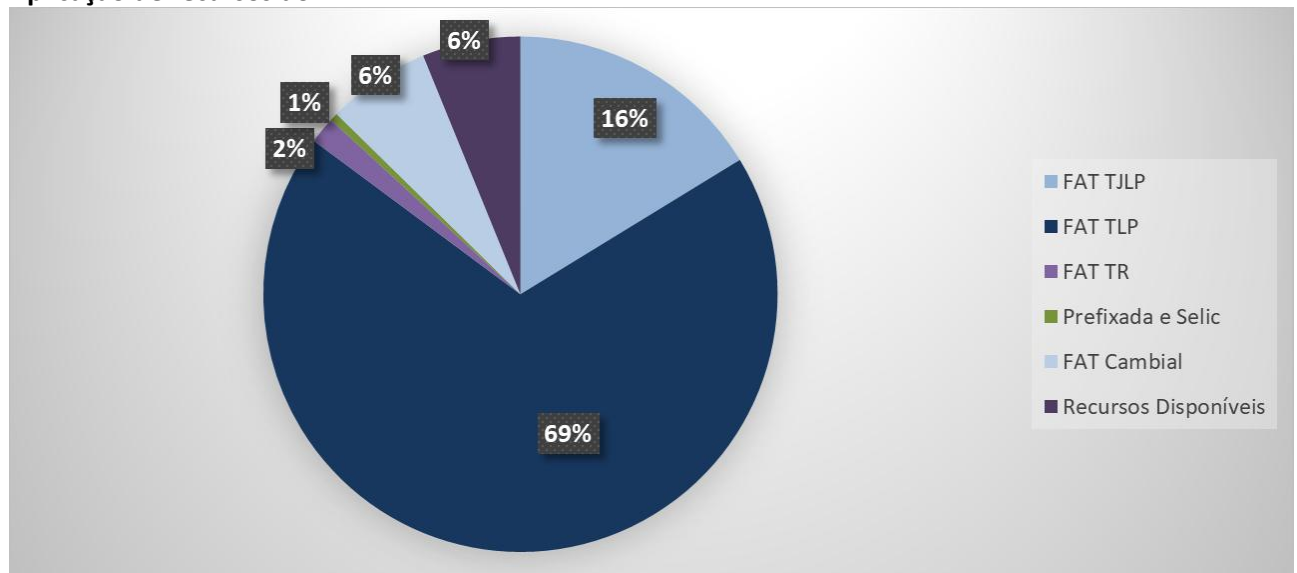
No entanto, a redação atual do art. 7º da Lei nº 8.019/1990, dada pelo art. 3º da Lei nº 13.932/2019, determina que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) deve disciplinar os critérios e as condições para a devolução ao FAT dos recursos aplicados nos depósitos especiais e daqueles repassados ao BNDES. Isso indica que, futuramente, poderá haver maior clareza quanto à expectativa de recebimento desses recursos pelo Tesouro Nacional, possibilitando a segregação dos valores no Balanço Patrimonial entre circulante e não circulante.

Os valores de curto prazo correspondem ao provisionamento mensal de juros a receber junto ao BNDES, decorrentes da remuneração dos financiamentos a longo prazo concedidos. Esses juros a receber possuem exigibilidade mensal e semestral, dependendo da taxa de juros utilizada para remunerar o recurso repassado, conforme previsto no caput do art. 5º e no §1º da Lei nº 13.483/2017. Dessa forma, tais encargos são classificados no curto prazo e devem ser recolhidos ao FAT até o décimo dia útil do mês subsequente ao encerramento do mês ou do período anterior, conforme a taxa de juros utilizada.

Os valores de longo prazo correspondem à transferência de 28% da arrecadação do PIS e do PASEP, adicionados aos juros capitalizados e variações cambiais, os quais possuem exigibilidade indeterminada. Em 31/03/2026, o total de recursos sob custódia do BNDES é de R\$ 485,08 bilhões de acordo com os dados informados pelo banco e registrados no SIAFI, representando um aumento de 0,8% em relação a 31/12/2025.

A maior parte da carteira está aplicada em taxas de longo prazo, distribuídas conforme demonstrado a seguir:

Aplicação de recursos do FAT



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, o montante dos financiamentos concedidos é mensurado pelo valor original ajustado pelas remunerações a serem recebidas, juros provisionados, repasse constitucional no período, e as variações cambiais ocorridas como demonstra a tabela a seguir.

Movimento do FAT Constitucional – Curto e Longo Prazo

<i>FAT Constitucional</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Saldo Inicial	481.451.071.427	443.893.437.013	8%
(-) Pagto recebido do BNDES	-12.155.191.430	-26.587.081.060	-54%
(+) Juros Provisionados	6.956.475.769	26.560.184.597	-74%
(+) Repasse ao BNDES	7.250.252.218	29.743.178.187	-76%
(+/-) Variação Cambial	1.580.233.163	7.841.352.690	-80%
Total	485.082.841.147	481.451.071.427	1%
Circulante	6.459.000.546	11.657.716.208	1%
Não Circulante	478.623.840.600	469.793.355.219	99%

Fonte: SIAFI, 2026.

A análise da tabela evidencia os indicadores de remuneração, repasse e pagamento ao BNDES, mantendo-se os valores absolutos para facilitar a comparação com o período anterior. No primeiro trimestre de 2026 o total de recursos repassados ao BNDES foram de aproximadamente 24% dos repasses do exercício de 2025, refletindo um quarto dos repasses do exercício.

Em relação aos juros provisionados no período é possível identificar um percentual de 74% em relação a 2025, porém referentes a apenas um trimestre de 2026. Alguns componentes já demonstram maior pagamento de juros, com especial ênfase para os recursos remunerados por taxas pré-fixadas e taxa SELIC. Por outro lado, alterações recentes nas taxas de câmbio que fortaleceram a moeda brasileira impactaram negativamente o montante de juros do FAT Cambial.

Juros Provisionados BNDES por Modalidade

Modalidade de Aplicação	31/03/2026	31/12/2025	AH%
FAT TJLP	1.138.123.338	4.821.457.338	-76%
FAT TLP	4.662.926.631	16.822.783.899	-72%
FAT TR	34.348.427	88.955.554	-61%
Taxa Pré-fixada	14.248.701	5.317.963	168%
Taxa Pré-fixada - MPME	26.010.057	20.596.356	26%
Taxa SELIC	9.693.545	5.400.112	80%
FAT Cambial	239.132.141	997.616.792	-76%
Pós-embarque	145.284.301	621.556.708	-77%
Operações Diretas	27.904.958	70.682.568	-61%
Pré-embarque Especial	42.678.949	243.461.424	-82%
Pós-embarque Especial Dólar	23.208.817	61.728.583	-62%
Pós-embarque Euro	55.116	187.508	-71%
Recursos Disponíveis	831.993.029	3.798.056.581	-78%
Total	6.956.475.869	26.560.184.597	-74%

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2026.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo BNDES ao FAT no período representam quase a metade do total recebido em todo o exercício de 2025, demonstrando a continuidade do desempenho dos juros provisionados. No entanto, em relação às variações cambiais, estas apresentaram redução proporcional em relação ao ano de 2025 devido à desvalorização do dólar, que impactou negativamente a rentabilidade das aplicações indexadas à moeda estrangeira.

Por fim, o acréscimo de 1% no saldo do FAT Constitucional indica um crescimento compatível com a base de investimentos no BNDES, além de evidenciar a manutenção em patamares estáveis dos repasses feitos pelo FAT ao banco.

2.2 Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo). O quadro a seguir demonstra os Demais créditos e Valores por órgãos Subordinados.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	71.938.123.144	99%	70.673.685.421	1,79%
AD - MTE	913.342.546	1%	908.293.442	0,56%
FUNDACENTRO	3.536.179	0%	3.140.987	12,58%
Total	72.855.001.870	100,00%	71.585.119.851	1,77%

Fonte: Siafi/2026

Em referência ao quadro acima, quase a totalidade desses valores do FAT referem-se aos Valores Arrecadados por Outras Entidades, a contabilização dos créditos tributários com a PGFN e a RFB. No primeiro trimestre de 2026 teve um aumento de 1,79% em relação ao último trimestre de 2025.

Quanto aos demais créditos da AD- MTE que são oriundos de outros créditos a receber teve um aumento de 0,56%.

O quadro a seguir reflete as contas dos Demais Créditos separados pelos grupos do Ativo Circulante, Não Circulante e a totalização do grupo.

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>Circulante</i>
Adiantamentos Concedidos	177.745.692	3%	205.432.020	-13,48%	
Créditos por Dano ao Patrimônio	185.921	0%	185.921	0,00%	
Créditos a Receber de Entidades	12.254.812.894	193%	11.788.115.959	3,96%	
Subtotal	12.432.744.508	196%	11.993.733.901	3,66%	
(-) Ajuste para Perdas	-6.089.250.071	-96%	-5.800.503.197	4,98%	
Total	6.343.494.437	100%	6.193.230.703	2,43%	
<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>Não Circulante</i>
Créditos a Receber de Entidades - NC	60.420.464.557	170%	59.589.702.123	1,39%	
Créditos por Dano ao Patrimônio - NC	1.792.805	0%	1.683.827	6,47%	
Subtotal	60.422.257.362	170%	59.591.385.950	1,39%	
(-) Ajuste para Perdas - NC	-24.847.925.960	-70%	-24.550.458.115	1,21%	
Total	35.574.331.402	100%	35.040.927.835	1,52%	
<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>(C+NC)Total</i>
Adiantamentos Concedidos	177.745.692	0%	205.432.020	-13,48%	
Créditos por Dano ao Patrimônio	185.921	0%	185.921	0,00%	
Créditos a Receber de Entidades	12.254.812.894	29%	11.788.115.959	3,96%	
Créditos a Receber de Entidades - NC	60.420.464.557	144%	59.589.702.123	1,39%	
Créditos por Dano ao Patrimônio - NC	1.792.805	0%	1.683.827	6,47%	
Subtotal	72.855.001.870	174%	71.585.119.851	1,77%	
(-) Ajuste para Perdas	-30.937.176.031	-74%	-30.350.961.312	1,93%	
Total	41.917.825.839	100%	41.234.158.539	1,66%	

Fonte: Siafi/2026

a) Quanto a atualização dos valores referente a tomada de contas Especiais – TCE, ou seja, o saldo da conta contábil é a soma do saldo antes da atualização e o valor da atualização:

Administração Direta

<i>Conta Contábil de Diversos Responsáveis</i>	<i>Valor da Atualização 2025</i>	<i>Valor da atualização 2024</i>	<i>AH%</i>
113410105 - Cred A Rec De Servidor Não Recolhido No PZ	20.259	14.332	41,3%
121210411 - Falta Ou Irregularidade De Comprovação	130.024	44.899	189,5%
121210501 - Cred a Rec por Pagtos Indevidos	468.661	0	100%
121210503 - Cred a Rec por Desfalques ou Desvios	16.724	11.831	41,3%
121210504 - Cred A Rec Por Deb Terceiro Em Prest Serviço	130.367	381.451	-65,8%
121210508 - Cred A Rec Por Falta/Irregular Comprovação	24.983.064	75.501.003	-66,9%
121210512 - Cred A Rec Por Fraudes Em Benefícios	138.490	0	100%
Total	25.887.589	75.953.516	-65,92%

Fonte: Siafi 2025

Ao final de 2025, observou-se uma redução de 65,9% nos registros de atualização referente aos Créditos por Dano ao Patrimônio em comparação com 2024, totalizando um saldo em torno de R\$ 25.8 milhões.

Essa redução ocorreu devido a diminuição de registros que são apropriados em decorrência de débitos que se referem aos acórdãos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União, resultando na transferência de valores oriundos de contratos, convênios e outros, que foram registrados em contas de controle, para as contas de Ativo.

2.3 (-) Ajuste para Perdas em Créditos

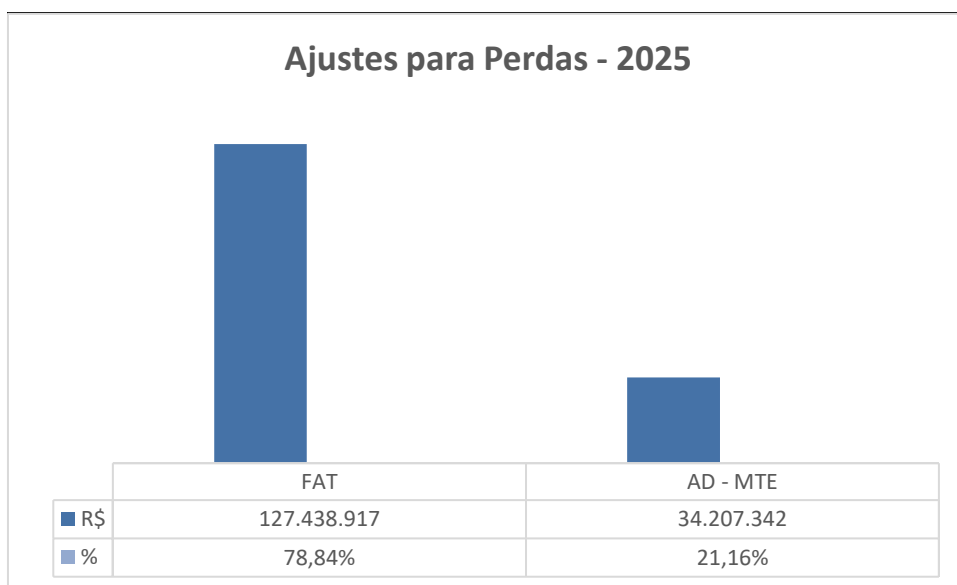
Foi aplicada a metodologia da política contábil quanto aos créditos por dano ao patrimônio os ajustes de perdas estimadas, conforme o Manual Siafi Macrofunção 02.03.42.

Referente aos ajustes para perdas, foram considerados os anos de 2023, 2024 e 2025.

	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c = b / a</i>	<i>d = 100 - c</i>
<i>Ano</i>	<i>ADM. DIRETA E FAT</i>	<i>GRU RECEBIDAS</i>	<i>% Recebimento</i>	<i>% Não recebido</i>
2023	177.939.731	-	-	100,00 %
2024	205.301.180	-	-	100,00%
2025	1.088.075.427	8.805.225	0.81	99.19%
			Média = d / 3	99,73 %

Fonte: Siafi, valores em R\$.

Em 31/12/2025, foram contabilizados como ajuste de perdas de créditos por dano ao patrimônio apurados no TCE o valor de R\$ 161.646 milhões para a ADM. Direta e FAT, considerando uma expectativa de perdas de 99,73%.



A tabela a seguir apresenta o valor do saldo da conta de ajustes para perdas nos órgãos da estrutura do MTE, em registro de Tomada de Contas em Conta de ativo.

<i>(-) Ajuste para Perdas</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	-30.697.691.615	99%	-30.111.476.896	2%
AD - MTE	-239.484.416	1%	-239.484.416	0%
Total	-30.937.176.031	100%	-30.350.961.312	2%

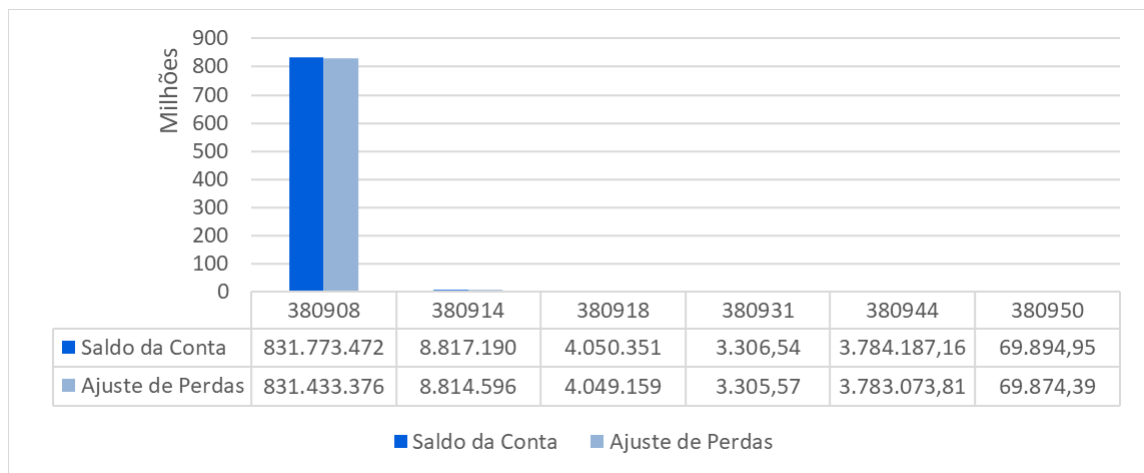
Fonte: Siafi/2026

A tabela a seguir evidencia os valores registrados nas contas do grupo ajustes para perdas no curto e longo prazo.

<i>(-) Ajuste para Perdas</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>Circulante</i>
Demais Créditos e Valores	-6.089.250.071	19,68%	-5.800.503.197	4,98%	
<i>(-) Ajuste para Perdas - NC</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>Não Circulante</i>
Demais Créditos e Valores	-24.847.925.960	80,32%	-24.550.458.115	1,21%	
<i>(-) Ajuste para Perdas - NC</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>Total</i>
Demais Créditos e Valores	-30.937.176.031	100,00%	-30.350.961.312	1,93%	

Fonte: Siafi/2026

Ajustes para perdas de Créditos de Dano ao Patrimônio Apurados em TCE na AD. Direta



Fonte: Siafi, 2025.

c) Diversos responsáveis e Ajustes para perdas

A seguir, estão relacionados os valores Registrados em Contas de Diversos Responsáveis e em conta de ajustes para perdas, separadas por UGs (adm. Direta) em 2025:

Administração Direta - 40.000

UG	Descrição	400039	400055	400061	400063	400073	400076	400077	400078	400080	400082	400085	Total
Conta Contábil													
113410105	Saldo da Conta	185.921											185.921
	Ajuste para perda												0
121210411	Saldo da Conta		1.104.724	2.269		2.541							1.109.534
	Ajuste para perda		-150.753	-247		-276							-151.276
121210501	Saldo da Conta										5.027.622		5.027.622
	Ajuste para perda										-5.014.047		-5.014.047
121210503	Saldo da Conta											153.477	153.477
	Ajuste para perda											-16.679	-16.679
121210504	Saldo da Conta								1.196.385				1.196.385
	Ajuste para perda								-130.015				-130.015
121210508	Saldo da Conta		215.487.695			14.017.772	1.001.666			5.657			230.512.790
	Ajuste para perda		-27.091.104		-120.043	-1.523.352	-108.854			-615			-28.843.967
121210512	Saldo da Conta				1.270.929								1.270.929
	Ajuste para perda				-31.154								-31.154
Total por UG	Saldo da Conta	185.921	216.592.419	2.269	1.270.929	2.541	14.017.772	1.001.666	1.196.385	5.657	5.027.622	153.477	239.456.658
	Ajuste para perda	0	-27.241.858	-247	-151.196	-276	-1.523.352	-108.854	-130.015	-615	-5.014.047	-16.679	-34.187.138
% por UG	Saldo da Conta	0,08%	90,45%	0,00%	0,53%	0,00%	5,85%	0,42%	0,50%	0,00%	2,10%	0,06%	100,00%
	Ajuste para perda	0,00%	79,68%	0,00%	0,44%	0,00%	4,46%	0,32%	0,38%	0,00%	14,67%	0,05%	100,00%

Fonte: Siafi 2025

Administração Direta - 40.000 e Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT - 38901

Total por Conta Contábil	
113410105	185.921
121210411	1.683.827
121210501	5.027.622
121210503	153.477
121210504	4.968.922
121210505	7.438
121210508	1.074.777.292
121210512	1.270.929
Total	1.088.075.428

Fonte: Siafi 2025

Demais Créditos e Valores - FAT

Compreendem os valores a receber por demais transações com vencimentos no longo prazo. Compõe um saldo de R\$ 41,2 bilhões constituídos pelos Valores Arrecadados por outras Entidades, os Créditos por Dano ao Patrimônio e os Termos de Execução Descentralizada concedidos.

Demais créditos e valores

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Valores Arrecadados por Outras Entidades	70.943.434.304	69.680.436.581	2%
Créditos por Dano ao Patrimônio	848.498.402	848.498.402	0%
Demais Créditos	146.190.438	144.750.438	1%
Subtotal	71.938.123.144	70.673.685.421	2%
(-) Ajuste para Perdas	-30.697.691.615	-30.111.476.896	2%
Total	41.240.431.529	40.562.208.525	2%
Circulante	5.666.301.661	5.521.373.245	3%
Não Circulante	35.574.129.868	35.040.835.280	2%

Fonte: SIAFI, 2026.

A quase totalidade desses valores referem-se aos Valores Arrecadados por Outras Entidades, a contabilização dos créditos tributários com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Receita Federal do Brasil (RFB) que no primeiro trimestre de 2026 registraram um aumento de 2% em relação a 2025. Os valores de ajuste para perdas reduzem esse saldo a receber em R\$ 30,7 bilhões, representando uma perda estimada de 42% desses recebíveis.

No período, observa-se também a rubrica 'Demais Créditos', movimentada em decorrência de novas pactuações de TEDs. Quanto à rubrica "Créditos por Dano ao Patrimônio", é importante destacar que os valores são relevantes considerando a conformidade exigida pelo Acórdão 2.455/2017 do Tribunal de Contas da União (TCU), que determina a evidenciação desses créditos nas demonstrações contábeis por meio das notas explicativas, de modo a tornar transparente a metodologia utilizada e a memória de cálculo do ajuste para perdas relacionadas a esses créditos.

Valores Arrecadados por Outras Entidades

Esses valores estão em conformidade com a recomendação constante do Acórdão nº 978/2018 do Plenário do TCU. Nesse acórdão, o TCU recomendou que a contabilização dos créditos tributários e da dívida ativa relacionados às contribuições do PIS/PASEP fosse revista, de modo que os reflexos contábeis estivessem devidamente evidenciados no FAT. Atualmente, os créditos do PIS/PASEP são apropriados e evidenciados na contabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB), que é a instituição responsável pela arrecadação desses tributos. Por outro lado, os valores inscritos em dívida ativa são evidenciados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que tem a competência de apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União, tanto de natureza tributária quanto não tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, seja amigável ou judicial.

Neste acórdão foi constatado que os ativos do FAT estavam subavaliados devido à ausência da dívida ativa tributária, enquanto as demonstrações da RFB e da PGFN apresentavam uma superavaliação. O Tribunal de Contas da União entende que os créditos tributários a receber e a dívida ativa tributária devem

ser evidenciados na contabilidade do FAT, que é a entidade responsável pela gestão dos recursos do PIS/PASEP.

Para atender às recomendações anteriores do TCU sobre esse assunto, a STN propôs a adoção de uma rotina de contabilização semelhante à repartição de receitas tributárias com Estados e Municípios, a qual foi considerada adequada pelo TCU. Em conformidade com essa nova determinação, a Secretaria do Tesouro Nacional, em junho de 2019, alterou as situações de apropriação dos créditos do PIS/PASEP (repartição de créditos) e as situações de ajuste para perda no SIAFI.

a) Crédito Tributário a Receber - RFB

A Receita Federal do Brasil - RFB segrega os créditos tributários (CT) em quatro situações:

a) Devedor: são CT exigíveis, sujeito à cobrança amigável e à cobrança administrativa especial e, em caso de não regularização, ao envio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União;

b) Exigibilidade Suspensa por Processo Administrativo: créditos tributários com sua exigibilidade suspensa na esfera administrativa. Essa situação ocorre principalmente durante o julgamento do contencioso administrativo, nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRF) ou o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e durante a revisão de ofício dos débitos lançados. Também ocorre no transcurso dos prazos para: ciência, pagamento, apresentação de impugnação, de manifestação de inconformidade ou de recursos;

c) Exigibilidade Suspensa por Processo Judicial: nessa situação estão os CT cujos valores e exigibilidades estão em discussão na esfera judicial; e

d) Parcelamento: CT consolidado, suspenso por parcelamento ordinário ou especial, amortizado em cotas.

O levantamento desses débitos é realizado nos sistemas de controle de cobrança da RFB como o Sistema de Informações Econômico-Fiscais (Sief), Grande Porte Serpro, Grande Porte Dataprev, por meio de consultas aos seus gerenciais, ou ainda, com a utilização do DW-Devedores e Informar. Os dados assim obtidos são usados para registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), compondo o Balanço Geral da União (BGU).

A partir de janeiro de 2022, a classificação contábil dos créditos tributários a receber controlados pela RFB passou a ser realizada a partir da conversão dos saldos, nos sistemas de controle do crédito tributário, de acordo com a correspondência entre código de receita e natureza de receita orçamentária existente na Tabela de Receita Orçamentária do Siafi. A extração da tabela do Siafi e a conversão dos saldos passaram a ser realizadas de forma automática, trazendo os seguintes benefícios para o registro contábil:

- Evita a possibilidade de ocorrência de erros de edição de arquivos externos no processo de classificação contábil;
- Permite a exclusão de tributos ICMS e ISS com base no valor real existente nos sistemas;
- Possibilita a reclassificação contábil de códigos de receita para novos códigos contábeis pela alteração da tabela de receitas do Siafi;
- Elimina a classificação contábil por estimativas com base na arrecadação do ano anterior, utilizada até 2021, tornando a classificação contábil mais fidedigna e tempestiva ao refletir as variações mensais ocorridas nos créditos ativos existentes nos sistemas de controle do crédito tributário;
- Permite identificar códigos de receita sem classificação contábil no Siafi, cuja classificação é realizada proporcionalmente até que seja atribuída uma classificação contábil específica no Siafi.

Com o objetivo de determinar os valores que compõem as partes circulante e não circulante dos créditos na situação devedor, a Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário (Corat) utilizava, até novembro/2022, percentuais obtidos de forma estimada, na proporção de 20%/80%, respectivamente, baseada no fato de que o prazo de cobrança sendo de cinco anos, o primeiro é visto como circulante (curto prazo) e os demais como não circulante (longo prazo).

Porém, em virtude da implantação da demanda da Inscrição Otimizada, que encaminha automaticamente os saldos não pagos dos débitos declarados, respeitando o prazo da Portaria MF nº 447/2018, não há mais sentido em se manter esse critério. Todo o crédito tributário exigível deve ser inscrito dentro do prazo da norma, o que faz com que não permaneça na RFB por mais de 1 ano, justificando a alteração do critério de classificação dos créditos devedores para 100% circulante, respeitando os termos do MCASP.

Portanto, a partir dos registros realizados em dezembro/2022 foi feita a transferência do saldo das naturezas de receita de créditos do tipo devedor das contas contábeis do ativo não circulante para o ativo circulante. Essa transferência visa atender à determinação constante do Acórdão nº 1153/2022 – TCU, item 9.1.2 *“proceda à classificação dos créditos tributários a receber em ativo circulante e não circulante, consoante as regras contábeis previstas no MCASP e nas NBC TSP, especialmente os registrados nas Contas Contábeis 1.1.2.1.1.01.00, 1.1.2.1.1.02.00, 1.1.2.1.1.03.00, 1.1.2.1.1.04.00, 1.2.1.1.1.01.03, e 1.2.1.1.1.01.04;”*. Desta forma, a partir de dezembro/2022, todos os créditos do tipo devedor são registrados somente no ativo circulante.

Para a classificação dos créditos ativos de parcelamento como circulante e não circulante, será utilizada durante o ano de 2025 a relação 24,70%/75,30%, respectivamente, baseada no estoque de parcelamentos em 31 de dezembro de 2023 e o valor de pagamentos de parcelamentos no ano de 2024, conforme abaixo:

- a. Estoque de Parcelamentos em 31/12/2023: R\$ 251.878.059.404,00;
- b. Arrecadação de Parcelamentos em 2024: R\$ 62.206.976.768,00;

- c. Parcelamento no Ativo Circulante: Arrecadação em 2024 / Estoque em 31/12/2023 = 24,70%; e
- d. Parcelamento no Ativo Não Circulante: $100\% - 24,70\% = 75,30\%$

Em linhas gerais, após o lançamento e/ou a validação dos dados declarados à RFB, ocorre a primeira avaliação sobre a existência dos requisitos para a constituição do crédito tributário. Caso haja interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, os créditos têm a sua exigibilidade suspensa, não podendo ser reconhecidos como ativos, uma vez que não há garantias de fruição de benefícios econômicos. Dessa maneira, tais créditos são registrados em contas de controle e mencionados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Caso contrário, ou seja, na ausência de recursos e/ou impugnações, tem-se a constituição do crédito tributário. Nesse momento, é possível determinar o credor, a natureza do crédito tributário e o valor devido ao erário. Tais créditos são segregados nas classificações de devedores e parcelados, esses últimos quando houver um pedido de parcelamento nos débitos confessados pelos contribuintes.

Logo após o reconhecimento do crédito tributário, são iniciadas as atividades relacionadas à cobrança administrativa. Durante essa fase, há novamente verificações acerca de:

- a) pedidos de parcelamento;
- b) interposição de recursos e/ou pedido de impugnações; e
- c) extinção do crédito, segregando-se o pagamento das demais modalidades de extinção. Nessa fase, é necessário um especial destaque em relação a:
 - i. se houver interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, ocorrerá o desreconhecimento do crédito anteriormente constituído;
 - ii. quando houver decisão favorável à União, dos recursos e/ou impugnações anteriormente apresentados, ocorrerá o reconhecimento do crédito tributário.

Se houver resultado positivo da cobrança administrativa, ou seja, se houver pagamento por parte do devedor, ocorrerá o registro da arrecadação e o crédito será baixado. Se não houver sucesso na cobrança administrativa, passam a ser observadas as seguintes regras: (a) os créditos com valores superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) são encaminhados para que sejam inscritos na dívida ativa; e (b) os créditos com valores inferiores ao valor supracitado permanecem na cobrança administrativa da RFB, reiniciando-se essa fase para tais créditos. Tanto os créditos classificados no grupo de devedores (não-parcelados) quanto os créditos parcelados são considerados aptos a compor a base de cálculo para o ajuste para perdas.

b) Índice de ajuste para perdas dos Créditos do tipo Devedor (não-parcelado)

Em razão da recomendação proferida pelo Acórdão TCU nº 977/2018, foi elaborada uma metodologia de Rating, enquadrando o crédito tributário em faixas que traduzem a sua provável solvência. Segundo a Nota Créditos Ativos nº 011/2019, de fevereiro a dezembro de 2019, foi utilizado um rating elaborado por representantes da 10ª Região Fiscal, tanto a metodologia quanto a memória de cálculo constam da Nota Ações de Incremento à Arrecadação nº 009/2018, divulgada no item “Outras informações relevantes” das Notas Explicativas do 4º trimestre do Ministério de 2019 da Economia.

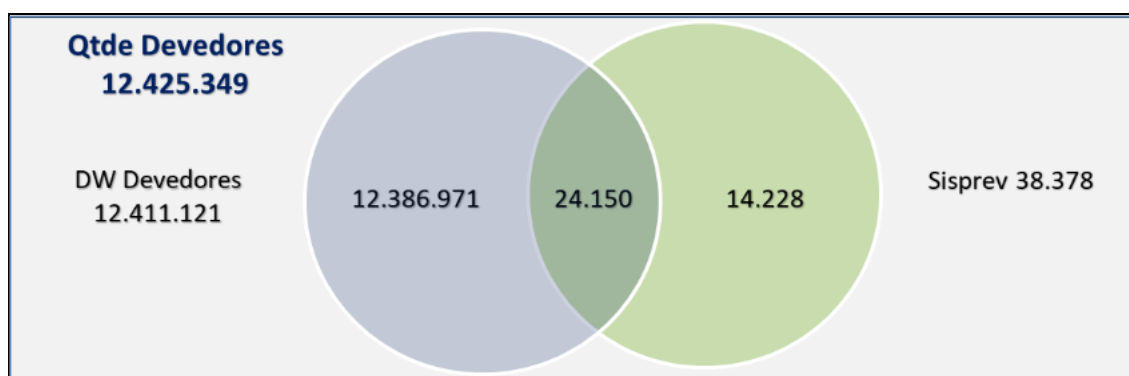
Esse rating atua com 2 (dois) dígitos na forma de percentuais, sendo o primeiro aplicado somente aos débitos na situação devedor da pessoa jurídica, de forma a “destacar” o universo de débitos de empresas que estejam na situação cadastral ativa, e o segundo, destinado a definir a faixa de solvência do crédito tributário não parcelado.

A partir de janeiro de 2020, conforme a Nota Créditos Ativos nº 02/2020, o rating passou a ser apurado mensalmente na Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário (Corat) para todos os contribuintes devedores.

Nos registros realizados em fevereiro e março (referentes aos créditos de janeiro e fevereiro) o valor utilizado como Índice de Ajuste para Perdas foi de **71,34%** e **72,04%**, respectivamente.

Quanto ao 1º e 2º dígitos do rating, foram analisados todos os 12.425.349 contribuintes pessoa jurídica com créditos ativos na situação devedor nos sistemas DW Devedores e Informar, conforme o diagrama a seguir.

Base de Devedores RFB – FAT



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026.

Para estimar os valores de perdas dos créditos ativos na situação devedor contribuinte pessoa jurídica é aplicado o primeiro dígito (d1) do Rating, que leva em consideração a situação cadastral e a atividade econômica do contribuinte:

Situação do Devedor Contribuinte Pessoa Jurídica

<i>d1</i>	<i>Situação Cadastral</i>	<i>Atividades Econômica</i>	<i>Estimativa de Perdas</i>
A	Diferente de Baixada ou Nula	$Vlr. Arrec + Vlr. Cust. Prod > 0$	0%
B	Baixada ou Nula		100%
C	Diferente de Baixada ou Nula	$Vlr Arrec + Vlr Cst Prod = 0$	100%

Fonte: SIAFI, 2026.

Onde:

- Com atividade econômica: $(Arrecadação + Custo de Produção) > 0$;
- Sem atividade econômica: $(Arrecadação + Custo de Produção) = 0$;
- Arrecadação = Valor da Arrecadação em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e retenção de arrecadação declarada por terceiros na Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) nos últimos 12 (doze) meses;
- Custo de Produção = Valor do Custo de Produção dos últimos 12 meses, contemplando os insumos adquiridos através de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) de compras, os débitos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório (PGDAS-D) e emissão do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) gerados no Programa Gerador de DAS do Microempreendedor Individual (PGMEI).

Aplicando-se tais critérios ao universo de contribuintes devedores na RFB, chega-se ao Rating do d1 aplicado aos débitos do DW Devedores:

Rating da dívida FAT no âmbito da RFB

1º Dígito Rating	Soma de Débitos Devedores	% Débitos Devedores	Estimativa Recuperação (d1)	Estimativa de Recuperação (d1)	Estimativa de Perda (100% - d1)	Estimativa de Perda (d1)
A	204.072.250.189,54	93,95%	100%	204.072.250.189,54	0%	-
B	4.635.693.536,54	2,13%	0%	-	100%	4.635.693.536,54
C	8.505.251.725,63	3,92%	0%	-	100%	8.505.251.725,63
	217.213.195.451,71	100,00%	93,95%	204.072.250.189,54	6,05%	13.140.945.262,17
				% Recuperação (d1)	93,95%	
				% Perda (d1)	6,05%	

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026.

Os valores de perdas estimadas para o dígito d1 (B e C) do Rating não são apresentados no Balanço Geral da União e são registrados em contas de controle da RFB desde o mês de novembro de 2020.

O segundo dígito (d2) do Rating leva em consideração a **intenção de pagar** do contribuinte, com base na probabilidade de recuperação econômico-financeira do crédito:

Percentuais de Estimativa de Perda por Rating

d2	Débito/Arrecadação	Estimativa de Perdas
A	$(Vlr\ Débito = 0) e (Vlr\ Arcc > 0)$	19,5%
B	$(Vlr\ Débito) / (Vlr\ Arcc) > 0 e < = 3$	51,1%
C	$(Vlr\ Débito) / (Vlr\ Arcc) > 3 e < = 6$	69,2%
D	$(Vlr\ Débito) / (Vlr\ Arcc) > 6$	80,0%
E	$(Vlr\ Arcc) = 0$	90,0%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026.

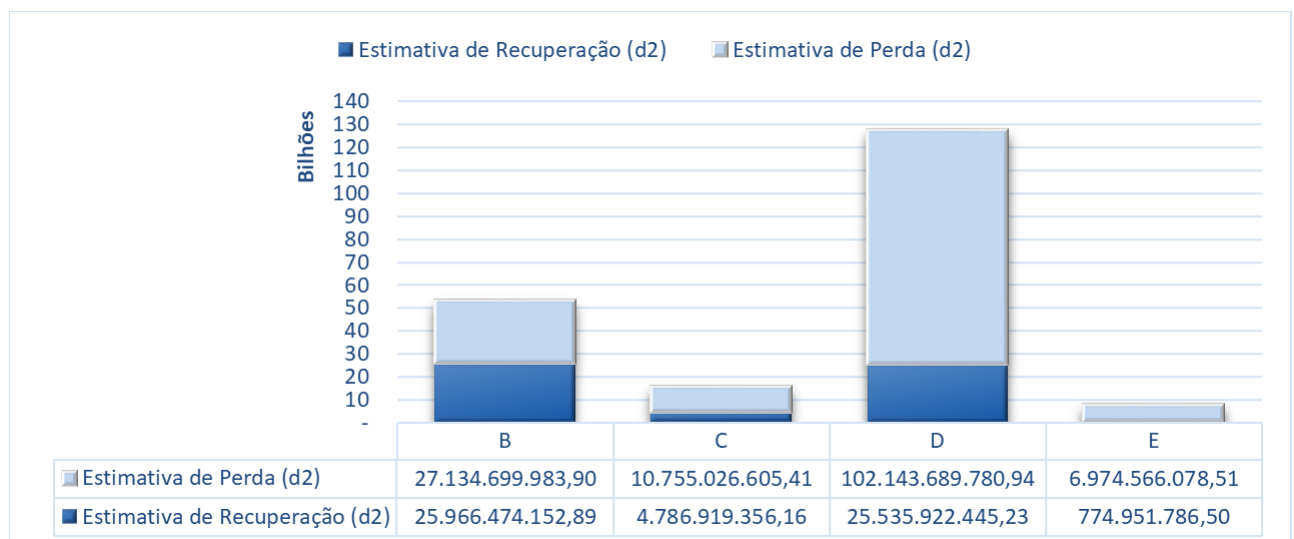
Onde:

- Vlr Arcc = Valor da Arrecadação em Darf, DAS e retenção declarada em DIRF nos últimos 12 meses;
- Vlr Débito = Débito do contribuinte no mês. Representa a soma dos créditos ativos na RFB (devedor) e dos débitos inscritos em DAU (devedor, parcelado, garantido e suspenso).

A arrecadação em Guia da Previdência Social (GPS) foi excluída do cálculo do rating a partir do mês 10/2023, posto que completou 12 (doze) meses desde a obrigatoriedade do recolhimento das contribuições previdenciárias em DARF.

Para a provisão de perdas dos créditos ativos na situação devedor contribuinte pessoa jurídica é aplicado o segundo dígito (d2) do Rating, que leva em consideração a intenção de pagar o débito, de acordo com a classificação do contribuinte entre as seguintes faixas da relação débito/arrecadação.

Estimativas de Recuperação e Perda segundo *rating* RFB



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026. Valores em bilhões de reais.

Após a aplicação do percentual de perdas relativas ao “d1”, o percentual de ajuste para perdas relativas ao dígito “d2” é de **72,04%** para o mês de dezembro (referente aos créditos de dezembro).

A partir do mês 04/2023 houve inclusão de novas informações e melhoria no processo de extração de dados para o cálculo do rating:

- I. Inclusão de novas informações disponibilizadas em tabelas pré-processadas originadas a partir das bases transacionais:
 - Retenção de arrecadação declarada por terceiros em Dirf;
 - Débitos declarados em DCTFWeb;
- II. Substituição da extração de dados do Data Warehouse (DW) por tabelas pré-processadas originadas a partir das bases transacionais dos dados da DCTF;
 - III. Substituição da extração de dados diretamente das bases transacionais por tabelas pré-processadas dos dados da NF-e.

c) Índice de ajuste para perdas dos Créditos do tipo Parcelado

Para a provisão de perdas de créditos parcelados a Corat desenvolveu uma nova metodologia de cálculo do ajuste para perdas dos créditos tributários parcelados a partir do histórico de valores registrados na tabela pré-processada disponível na área da Corat no ambiente do Receita Data. Esta nova metodologia foi publicada na Nota Técnica Corat nº 75, de 5 de março de 2024, e é apresentada a seguir.

Estão registrados na tabela disponível na área da Corat no ambiente do Receita Data, os saldos de parcelamentos por Número de Identificação (NI) de cada contribuinte, relativos a cada sistema e modalidade de parcelamento. Essa tabela contém um histórico de 36 meses completos, pelo menos. A partir dessas informações, foram criadas regras para identificar parcelamentos que foram rescindidos no mês de referência, passando a analisar o saldo do parcelamento rescindido de tais contribuintes no mês anterior ao mês de referência, em comparação ao saldo total de parcelamentos do mesmo período, para estimar o percentual de ajuste para perdas do mês de referência. Foram considerados como rescindidos parcelamentos em que o saldo no mês de referência foi zerado em relação ao mês anterior e não se tratava de liquidação (quitação dos valores devidos), consolidação de novos parcelamentos ou outras situações.

Considerando que nos sistemas de parcelamento pode ocorrer consolidação em lote ou exclusão em lote, optou-se por considerar como percentual do ajuste para perda de cada mês a média móvel percentual dos **valores rescindidos** em comparação com o saldo devedor dos últimos 12 meses, de maneira a atenuar os valores atípicos e manter um valor estável para fins de ajuste. A Tabela a seguir apresenta a demonstração do cálculo do ajuste para o registro realizado no mês de **março** (referente a fevereiro/2026), que apresentou um índice de ajuste para perdas de **1,99%**.

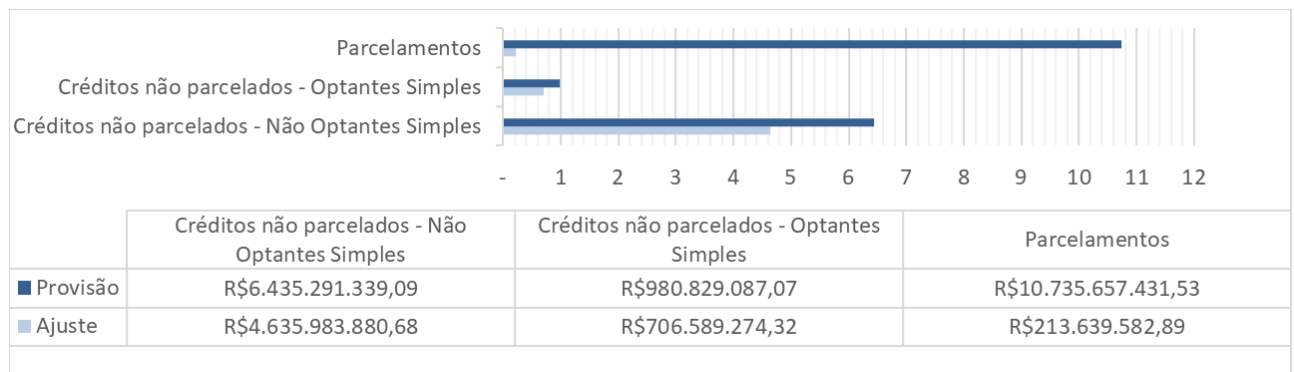
Parcelamentos FAT e estimativa de perda

Parcelamento Excluído?	NÃO	SIM	SIM	SIM	TOTAL	Ajuste para Perdas - Parcelamento
Motivo da Exclusão	N/A	LIQUIDAÇÃO	NÃO CONSOLIDADO	RESCISÃO		
202502	265.830.784.104,90	51.556.570,79	91.460.657,20	2.048.056.178,92	268.021.857.511,81	0,76%
202503	266.868.652.003,49	77.164.673,31	167.018.901,12	1.478.476.392,79	268.591.311.970,71	0,55%
202504	266.573.911.294,07	64.194.470,91	102.150.640,28	2.405.789.715,16	269.146.046.120,42	0,89%
202505	265.745.996.854,23	66.837.985,27	91.138.526,33	3.133.588.353,06	269.037.561.718,89	1,16%
202506	259.993.814.484,52	74.200.749,02	3.838.202.900,25	3.793.748.628,98	267.699.966.762,77	1,42%
202507	258.872.625.165,94	85.848.271,62	5.523.507.523,26	3.024.759.595,20	267.506.740.556,02	1,13%
202508	264.431.116.196,43	71.187.059,82	2.590.170.194,26	2.715.731.143,67	269.808.204.594,18	1,01%
202509	263.898.374.268,65	74.060.107,70	1.025.755.115,95	5.623.595.852,82	270.621.785.345,12	2,08%
202510	255.560.523.955,73	104.339.543,95	612.078.849,24	15.291.075.986,90	271.568.018.335,82	5,63%
202511	254.036.943.790,31	102.784.389,31	143.662.242,66	9.238.493.880,29	263.521.884.302,57	3,51%
202512	255.163.251.476,18	89.750.420,65	145.424.204,43	9.625.454.240,09	265.023.880.341,35	3,63%
202601	270.391.618.218,63	264.170.063,66	452.086.923,51	5.740.714.655,14	276.848.589.860,94	2,07%
Acumulado 12 Meses	3.147.367.611.813,08	1.126.094.306,01	14.782.656.678,49	64.119.484.623,02	3.227.395.847.420,60	1,99%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026.

A figura a seguir apresenta os valores apurados pela Receita Federal do Brasil – RFB no mês de março de 2026, a título de ajuste para perdas sobre os créditos para repartição ao FAT:

Ajustes para perdas RFB sobre créditos FAT



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2026. Valores em bilhões de reais.

Quanto aos valores registrados em 2026, verifica-se que os saldos estão conciliados no SIAFI entre as unidades gestoras da RFB e do FAT. A seguir os registros da RFB no curto e longo prazo no valor total de R\$ 12,59 bilhões, sendo a maior parcela no longo prazo.

Conciliação de Saldos de Repartição dos Créditos Tributários do FAT com a RFB.

UG	UG Emitente	113821900 - Créd. a Rec. de Valor Arrec Por Outra Entid-Intr.	113920101 - Ajuste Para Perdas - Subgrupo 113 (C/C 090)113821900	217520100 - Provisão P/ Repartição De Créditos Arrecadados	Total
380910	C/ 170010 RFB	10.103.255.481	(5.396.047.142)		4.707.208.339
170010	C/ 380910 FAT	0,00		4.707.208.339	4.707.208.339

UG	UG Emitente	121229827 - Créd. A Rec. De Valor Arrec Por Outra Entid-Intr.	121229903 - Ajuste De Perdas De Outros Créditos	227520100 - Provisão P/ Repartição Crédito Arrecadados LP	Total
380910	C/ 170010 RFB	8.048.522.376	(160.165.595)		7.888.356.781
170010	C/ 380910 FAT	0,00		7.888.356.781	7.888.356.781

Fonte: SIAFI, 2026.

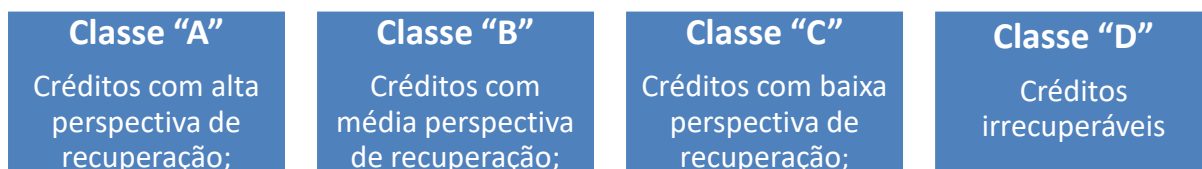
d) Dívida Ativa - PGFN

Refere-se ao registro dos créditos tributários (PIS/PASEP) por competência no FAT (repartição dos créditos apropriados na PGFN).

A PGFN utiliza do Sistema Integrado da Dívida Ativa (SIDA) e do DÍVIDA – Sistema da Dívida Ativa Previdenciária. A contabilização da dívida ativa da União ocorre de duas formas, variando conforme a natureza do crédito inscrito. Os créditos Tributários Não Previdenciários e os créditos Não Tributários são registrados no SIDA e posteriormente contabilizados no SIAFI de forma automática, por meio da sistemática da FITA DAU. Os créditos Tributários Previdenciários são registrados no sistema DÍVIDA e posteriormente encaminhados pela Coordenação da Dívida Ativa – CDA à Seccional Contábil para contabilização manual no SIAFI.

A classificação do Estoque da Dívida Ativa foi desenvolvida levando em consideração critérios eminentemente empíricos, estabelecidos a partir da experiência adquirida pela PGFN na cobrança dos créditos da Dívida Ativa da União e o perfil dos devedores. Cada métrica, portanto, recebeu um “peso”, atribuído de acordo com a sua importância para aferição da possibilidade de recuperação dos créditos.

Os créditos inscritos em dívida ativa da União são classificados em quatro classes, a depender do grau de recuperabilidade:



e) Ajuste para Perdas sobre a Dívida Ativa - PGFN

A Portaria MF nº 293, de junho de 2017, define que o ajuste para perdas será calculado considerando a expectativa de recuperação dos créditos com rating “A” e “B”.

Conforme histórico de adimplemento, a expectativa de recuperação dos créditos das classes “A” e “B” nos próximos 10 (dez) anos é a seguinte:

- a. Classe “A”: **70%** Recuperável e **30%** de Ajuste para perdas;
- b. Classe “B”: **50%** Recuperável e **50%** de Ajuste para perda.

Ressalta-se que a atualização do ajuste para perdas é realizada trimestralmente, coincidindo com o encerramento das notas explicativas.

Ajustes para perdas sobre crédito FAT pela PGFN

Rating do Grupo do Devedor	Todas as Origens - Valor Principal da Inscrição	% Perda	Ajustes 2026 - mar	Ajustes 2025 - dez
A	2.832.968.159,37	30%	849.890.447,81	843.248.349,53
B	13.828.101.788,17	50%	6.914.050.894,09	6.898.878.262,41
Total	16.661.069.947,54		7.763.941.341,90	7.742.126.611,94

Rating do Grupo do Devedor	Todas Origens - Valor Multa da Inscrição	Todas Origens - Valor Juros da Inscrição	Todas Origens - Valor Encargo da Inscrição	Total	% Perda	Ajustes 2025 - set	Ajustes 2024 - dez
A	994.341.038,79	5.061.673.755,97	1.623.530.703,30	7.679.545.498,06	30%	2.303.863.649,42	2.268.921.467,72
B	4.492.082.528,28	17.423.925.141,52	6.535.033.331,34	28.451.041.001,14	50%	14.225.520.500,57	13.990.793.788,91
Total	5.486.423.567,07	22.485.598.897,49	8.158.564.034,64	36.130.586.499,20		16.529.384.149,99	16.259.715.256,63

Fonte: PGFN, 2026.

De acordo com a metodologia apurada pela PGFN, os créditos tributários decorrentes da dívida ativa dos grupos de rating A e B (com maior possibilidade de recebimento) são de R\$ 16,6 bilhões quanto ao valor principal da inscrição, acrescenta-se também as expectativas de recebimento de multas, juros e encargos no valor total de R\$ 36,1 bilhões. Após deduzidos todos os ajustes de perdas, existe uma expectativa de recebimento de R\$ 28,5 bilhões de créditos tributários de dívida ativa.

Quanto aos valores registrados em 2026, verifica-se que os saldos estão conciliados no SIAFI entre as unidades gestoras da PGFN e do FAT. Abaixo os registros da PGFN no curto e longo prazo no valor total de R\$ 28,5 bilhões, sendo a maior parcela no longo prazo.

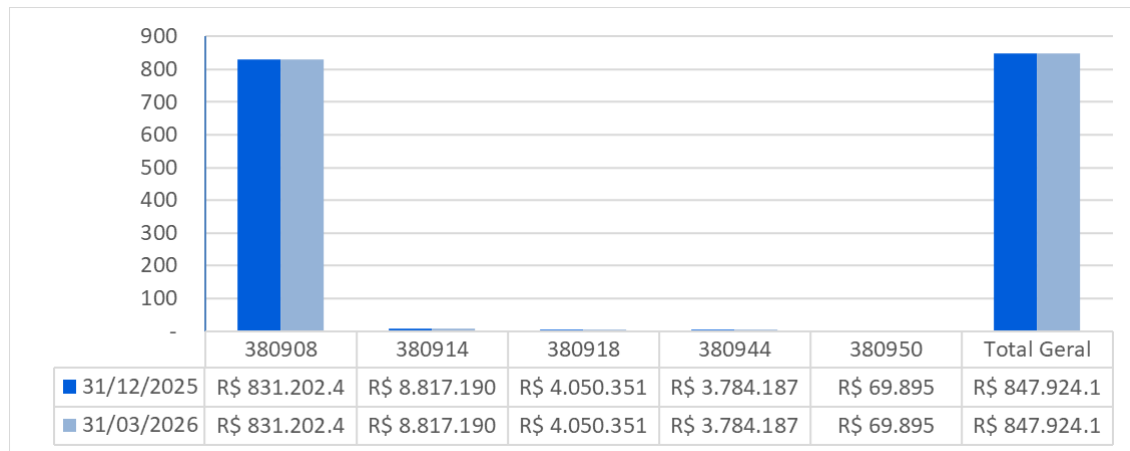
Conciliação de Saldos de Repartição dos Créditos Tributários do FAT com a PGFN (Contas de Curto e Longo Prazo)

UG	UG Emitente	113821900 - Créd. A Rec. De Valor Arrec Por Outra Entid-Intr.	113920101 - Ajuste Para Perdas - Subgrupo 113 (C/C 090)113821900	217520100 - Provisão P/ Repartição De Créditos Arrecadados	Total
380910	c/ 170008 PGFN	1.505.919.945,65	(693.017.061,59)		812.902.884,06
170008	C/ 380910 FAT			812.902.884,06	812.902.884,06

UG	SALDO COM	121229827 - Créd. A Rec. De Valor Arrec Por Outra Entid-Intr.	121229903 - Ajuste De Perdas De Outros Créditos	227520100 - Provisão P/ Repartição Crédito Arrecadados Lp	Total
380910	C/ 170008 PGFN	51.285.736.501,09	-23.600.308.430,28		27.685.428.070,81
170008	C/ 380910 FAT			27.685.428.070,81	27.685.428.070,81

Fonte: Balancete SIAFI, saldo de 2026.

Valores Registrados em Contas de Crédito por Dano ao Patrimônio por Unidade Gestora



Fonte: SIAFI, 2026.

Em 2025 foi contabilizado o valor de R\$ 127,4 milhões a título de ajuste de perdas de créditos por dano ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especiais (TCE), considerando uma expectativa de perda de 99,73%. A tabela a seguir apresenta os valores dos ajustes por tipo de crédito.

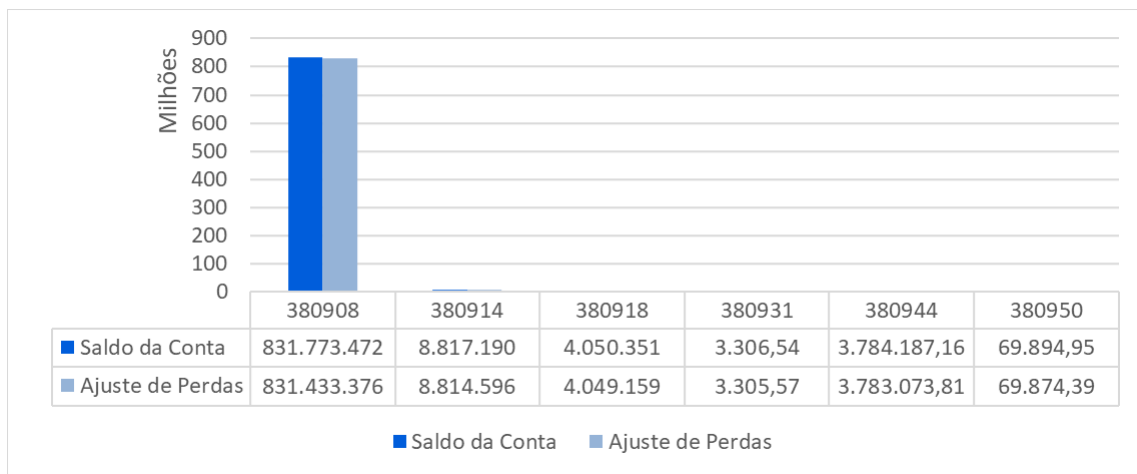
Ajustes para Perdas do FAT

<u>Grupo</u>	<u>(-) Ajuste para Perdas</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>AH%</u>	<u>AV%</u>
Demais Créditos e Valores	Valores Arrecadados por Outras Entidades	-29.849.538.230	-28.680.300.609	2%	97%
	Créditos por Dano ao Patrimônio	-848.153.385	-848.153.385	0%	3%
	Total	-30.697.691.615	-29.528.453.994	2%	100%
	Circulante	- 6.089.064.204	- 5.773.894.675		
	Não Circulante	- 24.608.627.411	- 23.754.559.319		

Fonte: SIAFI, 2026.

Abaixo, observamos que a unidade gestora 380908 – SGER possui os maiores valores de ajustes para perdas em créditos por dano ao patrimônio apurados por TCE.

Ajustes para perdas de Créditos de Dano ao Patrimônio Apurados em TCE



Fonte: Siafi, 2025.

Política Contábil

a) Créditos por Dano ao Patrimônio

São valores relacionados às TCE (Tomada de Contas Especiais) oriundas de recursos do FAT, instauradas pelo Ministério do Trabalho através da Diretoria de Prestação de Contas – DPC, contra os responsáveis pela gestão dos recursos públicos, os quais foram enviados ao TCU quando o valor do débito atualizado for igual ou superior a R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) e com julgamento irregular das contas, conforme IN 98 TCU.

O Manual Siafi macrofunção nº 021138 – Diversos Responsáveis, no item 2.3.9.1, estabelece que o montante a ser registrado em Contas a Receber deve ser mensurado por seu valor atualizado de realização, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis, levando-se em consideração, inclusive, eventuais correções monetárias e juros ou multas incidentes sobre o valor original, de acordo com os normativos legais pertinentes.

Dessa forma, no momento da inscrição do débito apurado, deve-se consultar o Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU, com fins de se obter o montante atualizado a ser contabilmente registrado. É aconselhável que atualizações dos valores registrados sejam feitas rotineiramente, no mínimo uma vez a cada exercício (preferencialmente no mês de dezembro). “(grifo nosso).

A metodologia de apuração utiliza como base os saldos e as datas iniciais do período da última atualização realizada nos registros de cada unidade gestora do MTE.

O Manual Siafi Macrofunção nº 02.11.38 – Diversos Responsáveis, no item 2.5, estabelece que os valores inscritos como responsabilidades apuradas sejam atualizados no mínimo anualmente, de preferência no mês de dezembro de cada exercício, através do Sistema de Atualização de Débito do TCU.

Os valores são atualizados por meio da Calculadora de Débitos do TCU, com a aplicação de juros de mora até a mesma data, quando aplicável de acordo com as legislações pertinentes. As atualizações dos créditos a receber de diversos responsáveis são realizadas e registradas anualmente.

b) Os ajustes de perdas estimadas, conforme o Manual Siafi Macrofunção 02.03.42 define que:

O ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras e que para mensurar o valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização de uma metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

A metodologia empregada para calcular o ajuste de perdas apuradas nas Tomadas de Contas Especiais - TCE baseou-se na média percentual de créditos não recebidos nos últimos três exercícios:

Cálculo do Percentual de Recebimento (PR): O cálculo do percentual de recebimento dos créditos é realizado dividindo os valores recebidos no exercício em análise pelo saldo dos créditos a receber no mesmo ano.

$$PR = \frac{\text{Valores Recebidos}}{\text{Saldo de Créditos a Receber}}$$

Cálculo do Percentual de Créditos Não Recebidos (PCNR): O percentual de Créditos Não Recebidos é o resultado da subtração de 100 pelo percentual de Recebimento.

$$PCNR = 100 - PR$$

Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio: O Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio é obtido pela aplicação do percentual médio de créditos não recebidos dos últimos 3(três) anos sobre o Estoque de Créditos por Dano ao Patrimônio.

Ajuste de Perdas Estimadas =

$$\frac{PCNR \text{ ano1} + PCNR \text{ ano2} + PCNR \text{ ano3}}{3} \times \text{Estoque de Créditos a Receber ano corrente}$$

3. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

<i>Imobilizado</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Bens Móveis	293.263.383,55	55%	292.991.813,70	0%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-70.381.638,54	-13%	-68.098.478,06	3%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-25.010,00	0%	-25.010,00	0%
Bens Móveis	222.856.735,01	42%	224.868.325,64	-1%
Bens Imóveis	317.906.663,30	59%	318.468.952,37	0%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.501.981,54	-1%	-3.971.489,47	13%
Bens Imóveis	313.404.681,76	58%	314.497.462,90	0%
Imobilizado	536.261.416,77	100,00%	539.365.788,54	-1,24%

Fonte: Siafi/2026

No último trimestre de 2023, houve a transferência do imobilizado que antes estava registrado contabilmente no FAT para o ministério do trabalho e emprego administração direta, tal ação foi efetuada por recomendação da CGU (Controladoria Geral da União) que em 2021 emitiu para o FAT (Fundo de amparo ao trabalhador) o relatório de Avaliação nº 899784. Por esse motivo, na tabela abaixo não consta saldo no imobilizado do FAT.

A tabela a seguir demonstra os valores referente ao imobilizado por unidade, já deduzidos os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

<i>Imobilizado</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
AD - MTE	3.1	473.064.411	88%	473.174.044	-0,02%
Funda Centro		63.197.005	12%	66.191.745	-4,52%
FAT		0	0%	0	0,00%
Total		536.261.417	100%	539.365.789	-0,58%

Fonte: Siafi/2026

Política Contábil

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A depreciação é realizada pelo método das cotas constantes. As vidas úteis e valores residuais utilizados são definidos pela Macrofunção Siafi 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações conforme a seguir:

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil		
CONTA CONTÁBIL	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15 - EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA (*)	-	-
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19 - EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	10%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSAICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO (**)	-	-
12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02 - VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05 - AERONAVES (*)	-	-
12311.05.06 - EMBARCACOES (*)	-	-
12311.09.00 - ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04 - ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

(*) Segundo a Macrofunção Siafi 02.03.30, os valores são definidos a critério dos órgãos que possuem tais bens.

(**) Não sofre depreciação

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o qual encontra-se em fase de implantação no âmbito deste ministério.

Desta forma, nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais corporativos internos, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.2 Bens Imóveis

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do MTE e suas entidades supervisionadas é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Política Contábil

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);

II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e

III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, caso haja indício, deverá realizar testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção inicial, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4. Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A tabela a seguir demonstra a composição do ativo intangível, sendo que o órgão da Administração Direta tem maior representatividade (99,7%).

<i>Intangível</i>	<i>Softwares com Vida Útil Definida</i>	<i>%</i>	<i>Softwares com Vida Útil Indefinida</i>	<i>%</i>
Funda Centro	362.413	0,30%	8.160	0,02%
AD - MTE	121.889.113	99,70%	50.377.217	99,98%
Total Geral	122.251.526	100,00%	50.385.377	100,00%

Fonte: Siafi/2026

O quadro abaixo se refere ao Intangível - Ativo não circulante.

<i>INTANGÍVEL</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Softwares com Vida Útil Definida	3.1	70.560.612	99,77%	73.413.965	-3,89%
Softwares com Vida Útil Indefinida		163.586	0,23%	29.781.667	-99,45%
Total		70.724.198	100%	103.195.632	-103,34%

Fonte: Siafi/2026

O software com a Vida útil definida compreende 99,77%, refere a atribuição de duração, unidades semelhantes, volume de produção que formam essa vida útil, já aqueles softwares com vida útil indefinida são 0,23%, entende-se por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo gerará fluxo de caixa.

<i>INTANGÍVEL - Vida Definida</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Software	3.1	70.560.612	99,77%	73.413.965	-3,89%
Software em desenvolvimento		163.586	0,23%	29.781.667	-99,45%
Total		70.724.198	100%	103.195.632	-103,34%

Fonte: Siafi/2026

O quadro abaixo refere ao Ativo Intangível - Software

<i>INTANGÍVEL - Vita Indefinida</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Software	3.1	21.909.246	30,98%	73.413.965	-70,16%
Software em desenvolvimento		29.618.082	41,88%	29.781.667	-0,55%
Total		51.527.328	73%	103.195.632	-70,71%

Fonte: Siafi/2026

Observa-se que houve uma redução de 30,98% na aquisição de Software de 2026 para 2025.

Política Contábil

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

5. Passivo

5.1 Passivo Circulante

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 84). Os termos de passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Assim, entende-se por Passivo Circulante os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis e valores de terceiros ou retenções em nome dele, quando a entidade do setor público for à fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

As obrigações do FAT são apropriadas segundo o regime de competência e são evidenciadas pelos valores conhecidos (valor de pagamento da obrigação - custo histórico), acrescidos, quando aplicável, de encargos.

FAT				
<i>Passivo Circulante</i>	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Obrigações Trabalhista, Prev e Assist	114.049.356	27,70%	13.590.478.655	-99%
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	0	0,00%	0	0%
Obrigações Fiscais	0	0,00%	0	0%
Transferências Fiscais	0	0,00%	0	0%
Provisões	30.081.277.718	71,89%	35.264.728.651	-15%
Demais Obrigações a Curto Prazo	646.603.835	0,41%	199.455.297	224%
Total	30.841.930.910	28%	49.054.662.603	-99%

Fonte: Siafi/2026

AD - MTE				
<i>Passivo Circulante</i>	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Obrigações Trabalhista, Prev e Assist.	110.900.242	81,71%	135.727.137	-18%
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	21.007.928	15,48%	3.239.729	548%
Obrigações Fiscais	7.962	0,01%	7.962	0%
Transferências Fiscais	100.750	0,07%	750	13333%
Provisões	0	0,00%	0	0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	120.687.908	88,92%	83.234.512	45%
Total	252.704.789	97%	222.210.090	13863%

Fonte: Siafi/2026

FUNDACENTRO				
<i>Passivo Circulante</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Obrigações Trabalhista, Prev e Assist.	11.550.410	123,36%	9.363.069	23%
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	394.620	4,21%	29.661	1230%
Obrigações Fiscais	55.981	0,60%	86.486	-35%
Transferências Fiscais	0	0,00%	0	0%
Provisões	0	0,00%	0	0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	43.822.661	468,04%	30.753.873	42%
Total	55.823.673	128%	40.233.088	1219%

Fonte: Siafi/2026

Observa-se abaixo que 99,01% do passivo circulante refere-se ao FAT.

CONSOLIDADO - ORGÃOS SUBORDINADOS				
<i>Passivo Circulante</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	30.841.930.910	99,01%	13.735.568.861	124,54%
AD - MTE	252.704.789	0,81%	3.269.390	7629,42%
FUNDACENTRO	55.823.673	0,18%	94.448	59005,36%
Total	31.150.459.371	100%	13.738.932.699	66759%

Fonte: Siafi/2026

5.2 Passivo Não Circulante

O Passivo não circulantes são os demais passivos não classificados como circulantes.

CONSOLIDADO - ORGÃOS SUBORDINADOS				
<i>Passivo Não Circulante</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	34.270.134.705	100,00%	34.270.134.705	0%
FUNDACENTRO	914	0,00%	914	0%
Total	34.270.135.619	100%	34.270.135.619	0%

Fonte: Siafi/2026

No quadro acima, o Passivo não Circulantes dos órgãos Subordinados encontram-se nas Provisões do FAT que são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

5.2.1 Provisões

As provisões de curto e longo prazo compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

<i>Provisões</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	64.351.412.423	100%	69.534.863.356	-7%
Total	64.351.412.423	100%	69.534.863.356	-7%

Fonte: Siafi/2026

5.2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciais e Assistenciais

As obrigações incluem benefícios aos quais o colaborador ou beneficiário têm direito, como aposentadorias, reformas, pensões, encargos a pagar e benefícios assistenciais.

No FAT, esse grupo de contas é composto exclusivamente pelo título "Benefícios Previdenciários a Pagar", contabilizados totalmente no curto prazo, e inclui valores referentes aos benefícios assistenciais a pagar com seguro-desemprego e abono salarial.

Em 31/03/2026, o FAT apresentou um saldo de R\$ 114 milhões relacionado a essas rubricas, com 29% das obrigações referentes ao seguro-desemprego.

A redução de 99% no passivo com o seguro-desemprego é decorrente da implantação de nova metodologia de apuração a partir de dezembro/2025, em que, se utilizam os dados de todos os pedidos do benefício até o período estimando todas as parcelas vincendas, que podem ser de até cinco meses. Essa nova perspectiva se difere da anterior, que utilizava apenas as parcelas emitidas em um mês para pagamento no mês seguinte. Tendo em vista a discussão em curso junto a Controladoria-Geral da União (CGU), a partir dessas alterações metodológicas não foram realizados os lançamentos de estimativa de gasto com o benefício em 2026, o que impactou o saldo ao final do trimestre.

Destaca-se ainda a redução de 13% nas obrigações com abono salarial, resultante dos pagamentos realizados conforme o cronograma estabelecido pela Resolução Codefat nº 1.032 de 16 de dezembro de 2025, que fixou o calendário de pagamentos do Abono Salarial do ano-base 2024. Esse cronograma de pagamentos iniciou-se em fevereiro/2026 e termina em agosto/2026, abrangendo trabalhadores identificados na RAIS até 31 de agosto de 2025.

Tabela 20 – Benefícios previdenciários a pagar

<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Seguro-Desemprego	32.994.691	13.497.690.558	-99%	29%
Abono Salarial	81.054.665	92.788.097	-13%	71%
Total	114.049.356	13.590.478.655	-99%	100%

Fonte: SIAFI, 2026.

Seguro-Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício constitucionalmente previsto no art. 7º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, sendo um direito de todos os trabalhadores urbanos e rurais, com o objetivo de proteger o trabalhador em situação de desemprego involuntário. Para regulamentar essa previsão constitucional, foi editada a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que garantiu o pagamento do benefício aos empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sejam eles contratados por pessoas jurídicas ou pessoas físicas equiparadas a estas.

Em 2001, a Medida Provisória nº 2.164-41 instituiu a modalidade de seguro-desemprego chamada Bolsa de Qualificação Profissional, destinada aos trabalhadores com contrato de emprego suspenso devido à participação em cursos ou programas de qualificação profissional oferecidos pelo empregador. A Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002, permitiu o pagamento do benefício ao trabalhador resgatado de condições análogas à escravidão. Em 2003, a Lei nº 10.779 previu a concessão do seguro-desemprego ao pescador que exerça sua atividade profissional de forma contínua, artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar. Finalmente, a Lei Complementar nº 150, de 2015, previu a concessão do benefício ao empregado doméstico, definido como aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal, com finalidade não lucrativa, à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Conforme dispõe a Lei nº 7.998/1990, o objetivo do benefício é “prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou de condição análoga à de escravo, e auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional”. Nesse sentido, o pagamento do Seguro-Desemprego materializa uma política pública contínua, de natureza essencial, indispensável e imprescindível à dignidade e subsistência humana, possuindo ainda caráter alimentar, pois se destina ao sustento e sobrevivência do trabalhador beneficiado. O acesso ao benefício requer o atendimento dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 7.998/1990.

O fato gerador para o levantamento dos dados e estimativas dos valores é a data de solicitação do benefício. Segundo o art. 6º da Lei nº 7.998/1990, o benefício pode ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho. Os dados são extraídos por intermédio da Base de Gestão do Seguro-Desemprego.

Para o levantamento do valor da obrigação registrada mensalmente de Seguro-Desemprego, segundo o regime de competência, é considerada a base móvel de todas as requisições realizadas nos últimos dois anos e os valores resultantes delas. Esse prazo é considerado devido ao § 4º do art. 15 da Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que permite ao trabalhador interpor recursos administrativos contra indeferimentos do benefício e solicitar reemissões de parcelas não recebidas durante o prazo de disponibilidade para saques no banco.

Ressalte-se que as últimas projeções de despesa do Programa Seguro-Desemprego foram apresentadas na Nota Técnica SEI nº 3959/2025/MTE, a qual contempla estimativas até 2029. As informações detalhadas sobre a quantidade estimada de trabalhadores que poderão receber o benefício, bem como os valores previstos a serem pagos por modalidade de aplicação nos exercícios subsequentes, estão disponíveis no Processo SEI nº 19965.200498/2025-03. Com base nessas informações, que abrangem todas as modalidades do Programa Seguro-Desemprego, apresenta-se a seguir a última projeção de despesa prevista:

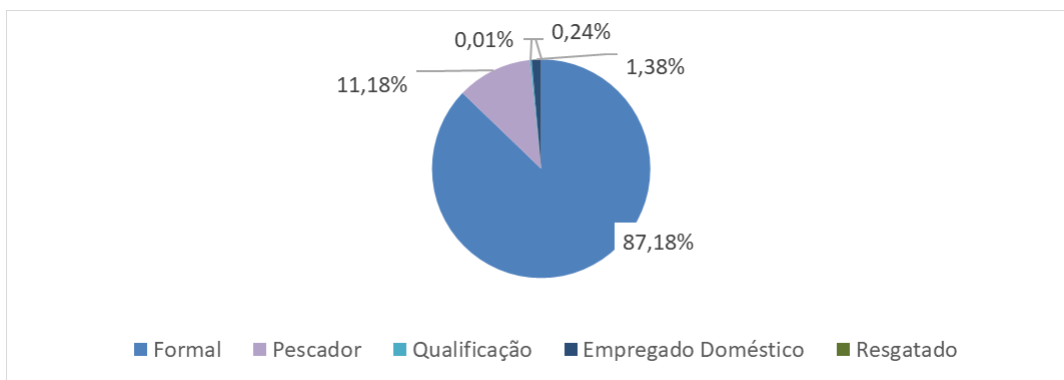
Seguro – Desemprego Todas as Modalidades de Despesa Estimada Anualizada.

Modalidades de Seguro-Desemprego	Valores Anuais (R\$)				
	2025	2026	2027	2028	2029
Trabalhador Formal	51.352.999.320	56.306.824.766	60.909.763.151	65.895.715.950	70.602.742.783
Pescador Artesanal	6.587.149.846	6.487.754.776	7.313.856.221	8.238.727.925	9.191.121.341
Bolsa de Qualificação Profissional	140.273.655	153.729.174	165.841.701	178.769.910	190.847.602
Empregado Doméstico	813.860.808	854.416.573	882.967.366	911.759.248	932.418.306
Trabalhador Resgatado à situação análoga à de escravo	7.463.596	8.179.481	8.825.134	9.510.645	10.152.025
Programa do Seguro-Desemprego (Total)	58.901.747.225	63.810.904.770	69.281.253.573	75.234.483.678	80.927.282.061

Fonte: CGSAP-DGB, Nota Técnica SEI nº 1964/2025/MTE

No primeiro trimestre de 2026 foram efetivamente pagos R\$ 13,93 bilhões a título de Seguro-Desemprego, dos quais R\$ 8,87 bilhões correspondem a despesas do exercício corrente e R\$ 5,06 bilhões referem-se a restos a pagar de 2025. Em termos percentuais, temos as projeções por modalidade de aplicação:

Projeções de Seguro Desemprego por Modalidades de Aplicação



Fonte: CGSAP-DGB, Nota Técnica SEI nº 3959/2025/MTE

Por fim, a Nota Técnica SEI nº 3959/2025/MTE apresentou uma estimativa do impacto do aumento do salário-mínimo no Seguro-Desemprego.

Estimativa de impacto do aumento do salário-mínimo no Seguro Desemprego

Exercício	Seguro-desemprego
2026	39.414.203,00

Fonte: CGSAP-DGB, Nota Técnica SEI nº 1964/2025/MTE.

Conforme demonstrado na tabela acima, no exercício de 2026, é esperado que, para o acréscimo de R\$ 1,00 (um real) no salário-mínimo, o valor estimado da despesa com o Seguro-Desemprego cresça aproximadamente R\$ 39,4 milhões.

O último reajuste do salário-mínimo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026, fixando o novo valor em R\$ 1.621,00. O aumento de R\$ 103,00 em relação ao salário-mínimo anterior de R\$ 1.518,00 representa um reajuste de 6,8% e uma projeção de gastos adicionais com o Seguro-Desemprego de R\$ 4,06 bilhões em 2026.

Abono-Salarial

O Abono Salarial é um direito assegurado constitucionalmente de pagamento de um salário-mínimo anual a ser concedido aos trabalhadores que recebem, em média, até dois salários-mínimos por mês de remuneração mensal, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A previsão legal para o pagamento do Abono está contida no art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988.

A Constituição estabeleceu que a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei Complementar nº 07/1970, e para o Programa de Formação do

Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar nº 08/1970, financiarão o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º do art. 239 da Constituição.

Posteriormente, a norma constitucional foi regulamentada pela lei 7.998/1990 em seu artigo 9º o qual estabelece os requisitos necessários para acesso ao abono salarial:

Figura 14 – Requisitos Abono Salarial

Requisitos do Abono Salarial

- Ter ao menos 5 anos de cadastro no Fundo de Participação PIS-PASEP ou no Cadastro Nacional do Trabalhador
- Ter recebido remuneração média de até 2 salários mínimos no período trabalhado
- Ter exercido atividade remunerada para pessoa jurídica pública ou privada, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano base considerado para apuração
- Ter o empregador informado corretamente o vínculo do trabalhador na RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Vale observar que o cálculo de despesas do abono de 2026 foi realizado observando-se o ano-base 2024, ano no qual o trabalhador exerceu atividade laboral.

O valor do abono salarial anual é calculado na proporção de 1/12 avos do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

A Emenda Constitucional 135/2024 alterou o parâmetro do teto de recebimento mensal para que o trabalhador tenha direito ao Abono Salarial. A partir do ano-base 2024, o teto de dois salários-mínimos vigentes passou a ser corrigido apenas pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o ano-base de 2023, não podendo ser inferior a 1,5 salários-mínimos, conforme nova redação do § 3º do art. 239 da Constituição

De acordo com o artigo 19 da Lei 7.998/1990, cabe ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), entre outras atribuições, aprovar e acompanhar a execução do plano de trabalho anual do abono salarial e regulamentar os dispositivos da lei.

Cabe ressaltar que o CODEFAT tem a competência para estabelecer o cronograma de pagamento do abono salarial. A Resolução CODEFAT nº 1.032, de 16 de dezembro de 2025, fixou o calendário de pagamentos do Abono Salarial para o exercício de 2025, abrangendo trabalhadores identificados no RAIS até 31 de agosto de 2025.

No primeiro trimestre de 2026 foram pagos R\$ 5,16 bilhões de Abono Salarial, sendo quase a sua totalidade referente ao ano-base 2024. Cabe ressaltar que o cronograma de pagamento de 2026 se estende até o mês de agosto de 2026.

Provisões a Curto e longo prazo no FAT

As provisões a curto e longo prazo no FAT correspondem basicamente as provisões com o abono salarial, sentenças judiciais, recursos administrativos do seguro-desemprego conforme tabela apresentada a seguir:

Provisão de Abono Salarial, Seguro Desemprego e RPV

<u>Provisões</u>	<u>Saldo Inicial</u>	<u>(+) Apropriação</u>	<u>(-) Provisão p/Passivo</u>	<u>Total</u>
Provisão Abono Salarial	67.824.965.350	7.180.089	-5.158.340.634	62.673.804.805
Provisão Rec Administrativos - S.D.	1.585.068.064	-	-	1.585.068.064
Provisão Rec Administrativos - A.S.	7.202.427	-	-6.651.431	550.996
Provisão Sentenças Judiciais - S.D.	-	-	-	-
Provisão Sentenças Judiciais - RPV.	117.627.515	8.190	-25.647.146	91.988.558
Provisão Sentenças Judiciais - A.S.	-	2.568	-2.568	-
Total	69.534.863.356	7.190.847	-5.190.641.779	64.351.412.423
Circulante	35.264.728.651			30.081.277.718
Não Circulante	34.270.134.705			34.270.134.705

Fonte: Siafi/2026

As provisões do Abono Salarial apresentaram um decréscimo de 7,75% em 2026, em razão do pagamento do abono salarial a partir de fevereiro, referente ao cronograma do abono salarial ano-base.

Ao final do exercício de 2025 foram registradas novas provisões de Recursos Administrativos a partir da nova metodologia proposta pela auditoria CGU de 2024, em que, são apropriados apenas os recursos administrativos “em análise” ou “a analisar”, o que reduziu significativamente os valores provisionados com recursos administrativos do abono salarial. Essa mudança de metodologia também deve ser utilizada para a apuração das sentenças judiciais, o que, até o momento, impossibilitou o registro destas provisões em decorrência da limitação operacional das áreas técnicas do FAT.

Provisão Abono Salarial

a) Metodologia

A Nota Técnica nº 3959/2025/MTE, elaborada pela Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Identificação Profissional (CGSAP), apresenta a metodologia de cálculo para as despesas com Abono Salarial referentes aos exercícios de 2025 a 2029.

De acordo com esse documento, a estimativa do número de trabalhadores beneficiários do Abono Salarial foi realizada com base no estoque de emprego obtido a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referente ao ano de 2024, disponível para consulta no PDET/MTE. A taxa de crescimento do ano-base, utilizada para projetar a evolução do estoque de emprego formal nos anos subsequentes, foi extraída da Grade de Parâmetros, especificamente das estimativas de crescimento do Pessoal Ocupado com Carteira no Setor Privado.

A proporção de beneficiários em relação ao estoque de emprego foi obtida com base na média anual dos beneficiários em relação ao estoque de trabalhadores, no período de 2021 a 2023, com ajustes (49,33%).

Em seguida, aplicou-se ao total de identificados a taxa de cobertura média do benefício para estimar o quantitativo de beneficiários previstos, pois, historicamente, há diferença no número de identificados em

relação ao número de trabalhadores que efetivamente recebem o benefício. Após encontrar o possível quantitativo de trabalhadores beneficiários do abono salarial, passou-se à estimativa do valor médio da parcela a ser paga, correspondendo a 76,7% do salário-mínimo.

b) Estimativa

Considerando as informações constantes da Nota Técnica nº 3959/2025/MTE que apresenta a metodologia de cálculo para as despesas com o Abono Salarial referentes ao exercício de 2026, o valor estimado para o referido exercício é de R\$ 33,76 bilhões, enquanto o valor executado da ação foi de R\$ 5,16 bilhões até 31/03/2026. Para os próximos exercícios, evidenciam-se os valores apresentados na referida nota técnica.

Abono Salarial - Despesa Estimada Anualizada.

Ano	Estoque de Trabalhadores (ano base) RAIS (a)	Taxa de Crescimento - Pop. Ocupada com Carteira	Proporção % de Segurados em relação ao Estoque em D-2 (b)	Beneficiários Identificados na RAIS (D-2) (c = a x b)	Relação entre SM vigente e SM de Elegibilidade em D-2	Percentual de ajuste para redução da Elegibilidade até 1,5 SM (d)	Projeção de Beneficiários - com ajustes (e=c x d)	Benefício do Abonos Salarial		
								Salario Mínimo em D-0	Valor médio do Benefício (0,767SM) (f)	Total da Despesa com Pagamento do Benefício (ano base D-2 - em R\$) (g = e x f)
2023	54.706.385									
2024	56.528.108	3,33	48,59	25.650.694						
2025	58.664.870	3,78	47,11	25.772.030	2,00	100,00%	25.772.030	1.518,00	1.164,30	30.006.374.529
2026	59.867.500	2,05	49,33	27.885.315	1,94	96,78%	26.988.523	1.631,00	1.250,97	33.761.832.617
2027	61.232.479	2,28	49,33	28.939.380	1,89	94,04%	27.214.882	1.725,00	1.323,07	36.007.193.927
2028	62.683.689	2,37	49,33	29.532.638	1,84	91,05%	26.888.285	1.823,00	1.398,24	37.596.275.618
2029	64.169.292	2,37	49,33	30.205.982	1,79	87,98%	26.576.431	1.908,00	1.463,43	38.892.746.418

Fonte: CGSAP-DGB, Nota Técnica SEI nº 1964/2025/MTE.

Estimativa de impacto do aumento do salário-mínimo no Abono

Exercício	Abono Salarial
2026	20.781.163,00

Fonte: CGSAP-DGB, Nota Técnica SEI nº 3959/2025/MTE

De acordo com o exposto pela tabela acima, para o exercício de 2026, para cada R\$ 1,00 (um real) de aumento no salário-mínimo, o valor estimado Abono Salarial apresenta o reajuste com acréscimo de R\$ 20,7 milhões.

Política Contábil

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

5.2.2 Demais Obrigações

As Demais Obrigações compreendem à débitos da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do passivo.

<i>Demais Obrigações</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
AD - MTE	120.687.908	15%	83.234.512	45%
FUNDACENTRO	43.823.576	5%	30.754.787	42%
FAT	646.603.835	80%	199.455.297	224%
Total	811.115.319	100%	313.444.597	159%

Fonte: Siafi/2026

5.2.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial (BP), que é composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos na mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 2026, os ajustes de exercícios anteriores apresentaram saldo negativo de R\$ 13 milhões.

<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Fundacentro	-7.182.657	55,12%	71.773.031	-110%
FAT	-5.808.233	44,58%	38.335.008	-115%
AD. Direta	-38.911	0,30%	5.474.348	-101%
Total	-13.029.801	100%	115.582.387	-111%

Fonte: SIAFI, 2026.

Conforme dispõe o Manual SIAFI 021141 – Ajustes de Exercícios Anteriores:

“Os ajustes de exercícios anteriores ocorrem pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes [...].

Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que:

(a) estava disponível quando da autorização para a publicação das demonstrações contábeis desses períodos; e

(b) pudesse ter sido obtida com relativa facilidade e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, omissões, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes [...].

O ajuste de exercícios anteriores deve ser evidenciado em notas explicativas.”

5.3 Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido é o termo utilizado para se referir à mensuração residual no balanço patrimonial (ativo menos passivo). O patrimônio líquido pode ser positivo ou negativo.

FAT				
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Demais Reservas	0	0,00%	0	0%
Resultado do Exercício	35.238.846.590	6,57%	33.144.157.086	6%
Resultado de exercícios Anteriores	500.735.986.991	93,43%	467.520.056.875	7%
Ajuste de exercícios Anteriores	-7.182.657	0,00%	71.773.031	-110%
Total	535.967.650.924	100%	500.735.986.991	-97%

Fonte: SIAFI/2026

AD - MTE				
<i>Patrimonio Líquido</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Demais Reservas	27.851.978	2,43%	27.821.959	0%
Resultado do Exercício	-33.006.915	-2,88%	77.994.910	-142%
Resultado de exercícios Anteriores	1.156.983.090	100,96%	1.040.653.173	11%
Ajuste de exercícios Anteriores	-5.808.233	-0,51%	38.335.008	-115%
Total	1.146.019.921	98%	1.184.805.049	-246%

Fonte: Siafi/2026

FUNDACENTRO				
<i>Patrimonio Líquido</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Demais Reservas	8.224.302	12,26%	8.122.090	1%
Resultado do Exercício	-18.035.553	-26,89%	-24.654.557	-27%
Resultado de exercícios Anteriores	76.918.480	114,69%	96.098.689	-20%
Ajuste de exercícios Anteriores	-38.911	-0,06%	5.474.348	-101%
Total	67.068.318	88%	85.040.569	-148%

Fonte: Siafi/2026

CONSOLIDADO - ORGÃOS SUBORDINADOS				
<i>Patrimonio Líquido</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
FAT	535.967.650.924	99,77%	500.735.986.991	7%
AD - MTE	1.146.019.921	0,21%	1.184.805.049	-3%
FUNDACENTRO	67.068.318	0,01%	85.040.569	-21%
Total	537.180.739.163	100%	502.005.832.610	7%

Fonte: Siafi/2026

6. Contas de Controle

As Contas de Controle são contas com função precípua de controle dos atos potenciais com esta característica, ou seja, o registro de abertura dos controles dos contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público.

Controle	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Execução dos Atos Potenciais				
Atos Potenciais Passivos				
Convênios e Instrumentos Congêneres	4.070.925.067	43%	4.248.945.997	-4%
Contratos em Execução	5.479.395.893	57%	4.876.629.593	12%
Total	9.550.320.960	100%	9.125.575.590	5%
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens				
Responsabilidade de Terceiros	43.396.435	0%	135.372.836	-68%
Responsabilidade com Terceiros	803.141.282.320	100%	784.026.807.880	2%
Diversos Responsáveis	706.563.685	0%	772.565.186	-9%
Total	803.891.242.441	100%	784.934.745.901	2%

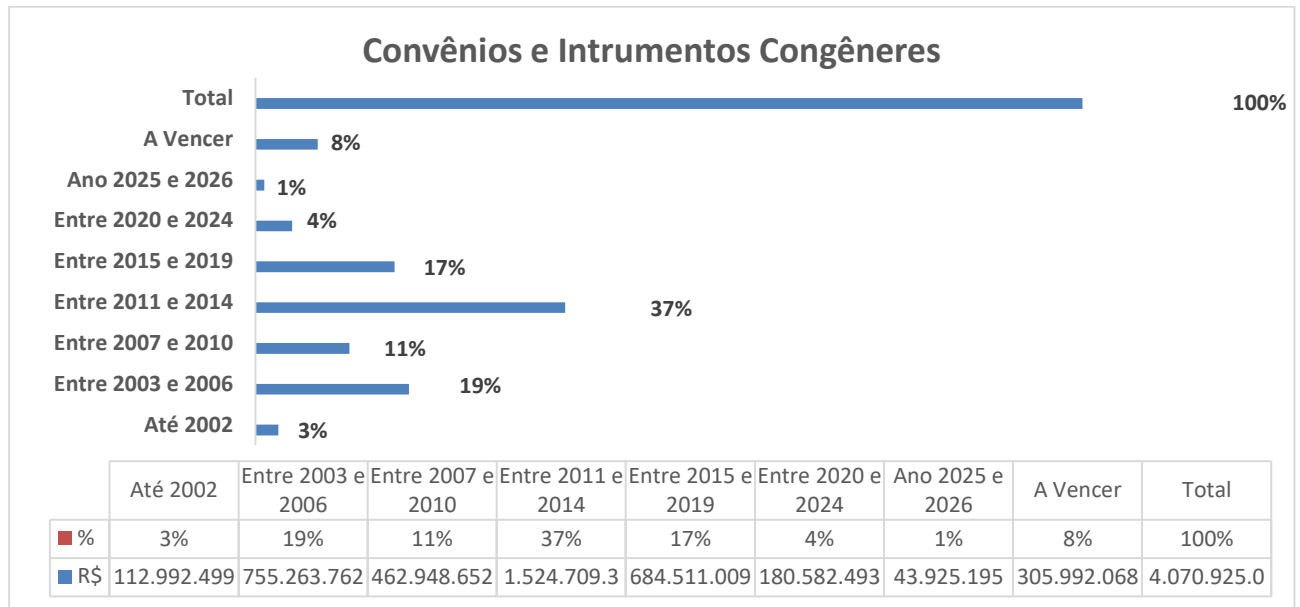
Fonte: Siafi/2026

6.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
Até 2002	112.992.498,68	3%	142.182.499	-21%
Entre 2003 e 2006	755.263.762,36	19%	799.879.400	-6%
Entre 2007 e 2010	462.948.652,49	11%	504.552.312	-8%
Entre 2011 e 2014	1.524.709.388,03	37%	1.596.940.730	-5%
Entre 2015 e 2019	684.511.009,35	17%	684.860.707	0%
Entre 2020 e 2024	180.582.493,17	4%	180.732.493	0%
Ano 2025 e 2026	43.925.195,20	1%	313.887.688	-86%
A Vencer	305.992.067,89	8%	25.910.168	1081%
Total	4.070.925.067	100%	4.248.945.997	-4%

Fonte: Siafi/2026



Fonte: Siafi/2026

6.2 Contratos em Execução

Compreende ao registro da execução dos valores de obrigações contratuais com valores relevantes, quando a administração pública participa como contratante.

Conforme tabela abaixo, os Contratos são executados em quase sua totalidade pelo TEM

Contrato de Serviços em Execução	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
AD - MTE	5.446.121.498	99,62%	4.853.417.529	12,21%
FAT	0	0,00%	0	0,00%
FUNDACENTRO	20.939.684	0,38%	12.894.703	62,39%
Total	5.467.061.182	100,00%	4.866.312.232	74,60%

Fonte: Siafi/2026

Os itens abaixo nas tabelas referente a Diversos trata-se de valores irrelevantes, ou seja, contratos com valores inferiores a R\$ 999.999,99 (novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Segue abaixo os Contratos de Serviços em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratos de serviços em Execução	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA S.A	2.122.343.964	38,82%	1.524.987.539	39,17%
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.505.002.887	27,53%	1.517.776.290	-0,84%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.213.878.652	22,20%	1.214.561.488	-0,06%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	170.013.998	3,11%	170.013.998	0,00%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	146.177.578	2,67%	150.711.131	-3,01%
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	42.828.486	0,78%	45.357.805	-5,58%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	34.569.195	0,63%	18.158.418	90,38%
BANCO DO BRASIL SA	33.965.593	0,62%	34.093.644	-0,38%
ARAUJO ABREU ENGENHARIA LTDA	28.030.227	0,51%	29.487.022	-4,94%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	24.585.974	0,45%	25.858.681	-4,92%
SOLLO SERVICOS LTDA	19.990.110	0,37%	21.231.893	-5,85%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	16.113.053	0,29%	17.530.415	-8,09%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	14.190.192	0,26%	15.118.533	-6,14%
PROCLIMA ENGENHARIA LTDA	8.871.693	0,16%	10.568.693	-16,06%
ALUCOM LTDA	7.366.439	0,13%	7.577.272	-2,78%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	7.307.026	0,13%	7.307.026	0,00%
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	6.836.853	0,13%	6.836.853	0,00%
M/CHECON DESIGN E CENOGRAFIA LTDA	6.442.709	0,12%	2.940.396	119,11%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	6.388.269	0,12%	10.247.033	-37,66%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	4.475.526	0,08%	211.755	2013,54%
LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	3.521.228	0,06%	3.521.228	0,00%
CONVERGINT COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	2.854.773	0,05%	3.040.398	-6,11%
RCO SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA	2.767.457	0,05%	0	100,00%
BRADIESEL COMERCIO E SERVICOS DE AUTO PECAS LTDA	2.087.437	0,04%	28.410	7247,60%
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	2.007.152	0,04%	2.007.152	0,00%
ZOOMTECH LTDA	1.990.000	0,04%	1.990.000	0,00%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	1.885.558	0,03%	1.885.558	0,00%
POSITIVO S+ SOLUCOES EM TI S.A	1.834.751	0,03%	2.306.403	-20,45%
VIVAL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	1.630.891	0,03%	1.630.891	0,00%
RCO SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA	1.515.213	0,03%	0	100,00%
SOLUTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA	1.425.780	0,03%	1.438.815	-0,91%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	1.373.911	0,03%	1.645.940	-16,53%
PROQUEST LATIN AMERICA SERVICOS E PRODUTOS PARA ACESSO	1.187.344	0,02%	1.303.382	-8,90%
WERNETECH INFORMATICA LTDA	1.151.500	0,02%	0	100,00%
ATLANTICO ENGENHARIA LTDA	1.115.093	0,02%	1.299.807	-14,21%
ATLANTICO TRANSPORTES LTDA	1.059.134	0,02%	0	100,00%
ASAP FACILITIES SERVICOS DE CONFORTO E CONVENIENCIA LTD	1.023.014	0,02%	510.855	100,26%
DIVERSOS	17.252.523	0,32%	13.127.508	31,42%
Total	5.467.061.182	100,00%	4.866.312.232	12,35%

Fonte: Siafi/2026

Segue abaixo os Contratos de Seguro em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratos de seguro em Execução	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	71.361,75	89,83%	71.362	0,00%
Diversos	8.075	10,17%	8.075	0,00%
Total	79.437	100,00%	79.437	0,00%

Fonte: Siafi/2026

Segue abaixo os Contratos de Aluguel em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratos de Aluguel em Execução	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
AR EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA	3.314.646	99,81%	3.681.685,75	-9,97%
Diversos	6.306	0,19%	62.498	-89,91%
Total	3.320.952	#REF!	3.744.184	-11,30%

Fonte: Siafi/2026

Segue abaixo os Contratos de Bens em Execução do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	31/03/2026	AV%	31/12/2025	AH%
O2 SOLUCOES EM TECNOLOGIA DIGITAL LTDA	4.000.000,00	44,77%	4.000.000	0,00%
Diversos	4.934.321	55,23%	2.493.741	97,87%
Total	8.934.321	100,00%	6.493.741	37,58%

Fonte: Siafi/2026

6.3 Créditos Tributários

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Créditos tributários junto a PGFN

Créditos Tributários	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
Classe "C"	17.854.467.666	17.198.517.037	4%	26%
Classe "D"	49.572.418.037	49.396.186.530	0%	74%
Total	67.426.885.703	66.594.703.567	1%	100%

Fonte: PGFN, 2026.

O MCASP, item 5.2.3, estabelece que "caso o ente tenha condições de estimar com razoável certeza o montante de créditos inscritos em dívida ativa com expectativa de recebimento em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, esta parcela poderá ser reclassificada para o ativo circulante, sendo o caso, por exemplos, dos acordos de parcelamento". Sendo assim, a Seccional Contábil da PGFN realiza a reclassificação dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União que estejam parcelados e atendam à definição de Ativo Circulante. Já os créditos das classes "C" e "D" se referem aos casos que não estão contemplados no item 5.2.3 e, portanto, são objeto de acompanhamento em contas de controle.

A metodologia para determinar quais créditos serão reclassificados para o Ativo Circulante considera a média de recuperação da DAU parcelada dos últimos quatro exercícios. Para maiores detalhes sobre esse item vide nota 2.2.1, letras "c" e "d".

Quanto aos valores registrados em 2026, os saldos estão conciliados no SIAFI com os valores apurados para o FAT. Abaixo verificamos que foram registrados pela PGFN nas contas de ativos contingentes da Dívida Ativa da União referentes aos créditos de classe “C” e “D” no valor total de R\$ 67,42 bilhões.

Registros de Créditos Tributários da Dívida Ativa da União com a PGFN

UG	UG Emitente	899916903 - Ativ. Conting. Dau Clas "C"	899916904 - Ativ. Conting. Dau Clas "D"	Total
380910	C/ 170008 PGFN	17.854.467.666	49.572.418.037	67.426.885.703
170008	C/ 380910 FAT	17.854.467.666	49.572.418.037	67.426.885.703

Fonte: Siafi, 2026.

6.4 Benefícios Previdenciários

Os saldos nestas contas de controle referem-se aos valores a serem baixados, quando da aprovação da prestação de contas da CAIXA e do Banco do Brasil, relativos aos valores já transferidos àquelas instituições para pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial.

Benefícios previdenciários

<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa Econômica Federal	794.939.923.782	776.415.389.199	2%	99%
Banco do Brasil	8.201.287.855	7.611.347.997	8%	1%
Total	803.141.211.636	784.026.737.196	2%	100%

Fonte: SIAFI, 2026.

Pela análise dos saldos acima, verifica-se um aumento de 2% dos benefícios previdenciários em 2026, sendo 99% desses benefícios repassados para a Caixa Econômica Federal.

De acordo com as informações fornecidas pela Coordenação Orçamentária e Financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador, vários processos estão em fase de conclusão das análises relacionadas às prestações de contas dos benefícios concedidos.

6.5 Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	696.250.610	99%	762.252.111	-9%
Pagamentos Indevidos	8.279.558	1%	8.279.558	0%
Falta de Recolhimento	1.972.769	0%	1.972.769	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.118	0%	60.118	0%
Demais	630	0%	630	0%
Total	706.563.685	100%	772.565.186	-9%

Fonte: Siafi/2026

6.6 Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa

Os créditos com exigibilidade suspensa, quer em decorrência de processo administrativo, quer por decisão judicial, não atendem aos critérios de reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros. Por estas razões são contabilizados em contas de controle.

Em atendimento ao item “1.6.2.1.” do Acórdão Nº 1462/2020 - TCU – Plenário, que recomenda a revisão da contabilização da parcela dos créditos tributários a receber relacionados às contribuições previdenciárias não reconhecidas como ativo, informa-se que os créditos tributários com Exigibilidade Suspensa relativos a essas contribuições passaram a ser registrados, a partir do mês de junho de 2020, em contas de controle no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Créditos com exigibilidade suspensa

<i>Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - principal	41.611.577.348	41.156.444.098	1%	40%
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - multas	19.577.351.680	19.126.892.198	2%	19%
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - juros	43.951.156.725	42.927.609.260	2%	42%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - principal	13.100.115	15.119.323	-13%	0%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - multas	8.188.209	8.783.666	-7%	0%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - juros	14.417.046	15.789.572	-9%	0%
Total	105.175.791.123	103.250.638.117	2%	100%

Fonte: SIAFI, 2026.

Observa-se que, entre o encerramento do exercício de 2025 e o primeiro trimestre de 2026 houve uma variação positiva de 2% no saldo total dos Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa referentes às Contribuições do PIS/PASEP.

Registros Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa - RFB

UG	UG Emitente	
380910	C/ 170010 RFB	899914604 - Contribuições/FRGPS e FAT 105.175.791.123

Fonte: SIAFI, 2026.

7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

7.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em 2026 foi **superavitário**, e houve um aumento de 225% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>
Varição Patrimonial Aumentativa	128.370.380.386	365%	143.246.908.413	-10%
Varição Patrimonial Diminutiva	-93.182.576.264	-265%	-127.620.426.676	-27%
Total	35.187.804.122	100%	15.626.481.737	-37%

Fonte: Siafi/2026

7.2 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

7.3 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

7.4 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	727.748.540	6%	617.737.806	18%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.956.475.769	54%	6.236.830.571	12%
Variações Monetárias e Cambiais	3.727.067.183	29%	3.673.418.098	1%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.509.258.491	12%	968.290.852	56%
Subtotal	12.920.549.983	100%	11.496.277.327	12%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras				
Variações Monetárias e Cambiais	-2.146.834.019	100%	-2.842.095.784	-24%
Juros e Encargos de Mora	-66.855	0%	-118	56466%
Descontos Financeiros Concedidos	-44	0%	0	-100%
Subtotal	-2.146.900.918	100%	-2.842.095.902	-24%
Total	10.773.649.066	100%	8.654.181.425	24%

Fonte: Siafi/2026

7.5 Desempenho Não Financeiro

Na tabela a seguir, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>
Variação Patrimonial Aumentativa				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	0	0%	0	0%
Contribuições	25.838.721.874	22%	25.432.522.612	2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0	0%	61.702	-100%
Transferências e Delegações Recebidas	86.334.308.946	75%	103.836.410.891	-17%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	39.434.673	0%	61.841.667	-36%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.237.364.910	3%	2.419.794.214	34%
Subtotal	115.449.830.403	100%	131.750.631.086	-12%
Variação Patrimonial Diminutiva				
Pessoal e Encargos Sociais	-462.225.340	1%	-366.938.660	26%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-491.085.341	1%	-16.668.669.232	-97%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	-105.291.685	0%	-82.214.176	28%
Transferências e Delegações Concedidas	-87.157.924.415	96%	-106.086.573.941	-18%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-1.356.501.076	1%	-435.516.224	211%
Tributárias	-140.411	0%	-161.625	-13%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-1.462.507.079	2%	-1.138.256.916	28%
Subtotal	-91.035.675.346	100%	-124.778.330.774	-27%
Total	24.414.155.057	100%	6.972.300.312	250%

Fonte: Siafi/2026

7.6 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Aumentativa				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	0%	0	100%
Contribuições	25.838.721.874	63%	25.432.522.612	2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0	0%	61.702	-100%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.920.549.983	31%	11.496.277.327	12%
Transferências e Delegações Líquidas	-823.615.469	-2%	-2.250.163.050	-63%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	39.434.673	0%	61.841.667	-36%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.237.364.910	8%	2.419.794.214	34%
	41.212.455.971	100%	37.160.334.472	11%
Diminutiva				
Pessoal e Encargos	462.225.340	8%	366.938.660	26%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	491.085.341	8%	16.668.669.232	-97%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	105.291.685	2%	82.214.176	28%
Variações Patrimoniais Diminutivas	2.146.900.918	36%	2.842.095.902	-24%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. Passivos	1.356.501.076	23%	435.516.224	211%
Tributárias	140.411	0%	161.625	-13%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.462.507.079	24%	1.138.256.916	28%
	6.024.651.849	100%	21.533.852.735	-72%
Resultado Patrimonial do Período	35.187.804.122	100%	15.626.481.737	125%

Fonte: Siafi/2026

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”. Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG’s do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

Transferências e Delegações	31/03/2026	AV%	31/03/2025	AH%
Transferências e Delegações Recebidas				
Cota Recebida	19.583.371.676	23%	16.947.468.092	16%
Repasso Recebido	20.015.030.629	23%	16.640.231.977	20%
Sub-Repasso Recebido	19.700.208.003	23%	28.524.059.014	-31%
Repasso e Sub-Repasso Devolvido	2.595.054	0%	396.780.584	-99%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	10.793.696.962	13%	293.113.621	3582%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	9.599.150.947	11%	25.017.908.688	-62%
Movimentações para Incorporação de Saldos	6.637.831.916	8%	4.715.193.257	41%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0	0%	0	0%
	86.331.885.187	100%	92.534.755.232	-7%
Transferências e Delegações Concedidas				
Repasso Concedido	-20.017.378.437	23%	-16.641.248.495	20%
Sub-Repasso Concedido	-19.700.208.003	23%	-28.524.059.014	-31%
Cota Devolvida	-1.492.554	0%	-198.812.904	-99%
Repasso e Sub-Repasso Devolvido	-2.595.054	0%	-396.780.584	-99%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	0	0%	0	0%
Movimentações para Incorporação de Saldos	-32.752.998.700	38%	-31.400.817.927	4%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	-6.961.850.774	8%	-238.115.189	2824%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	-7.667.606.256	9%	-17.355.294.995	-56%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0	0%	0	0%
	-87.104.129.778	100%	-94.755.129.109	-8%
Total	-772.244.592	1%	-2.220.373.877	-65%

Fonte: Siafi/2026

a) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Sub-repasso Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- II. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

b) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Sub-repasso Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.
- IV. Repasso Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.

8 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

8.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>31/03/2025</i>
FC Atividades Operacionais - Ingressos	Receita Tributária	0	0
	Receita de Contribuições	25.555.110.269	26.043.154.756
	Receita Patrimonial	1.453.232.449	0
	Receita de Serviços	12.155.191.430	11.298.236.451
	Remuneração das Disponibilidades	56.027.131	968.011.689
	Outras Receitas Derivadas e Originárias	429.807.681	503.924.990
	Subtotal	39.649.368.961	38.813.327.887
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receitas Tributárias	-	-
	Receitas de Contribuições	25.555.110.269	26.043.154.756
	Receita Patrimonial	1.509.259.580	968.011.689
	Receitas de Serviços	12.155.191.430	11.298.236.451
	Outras Receitas Correntes	429.807.681	503.924.990
	Subtotal	39.649.368.961	38.813.327.887

FC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	19.622.156.575	21.829.505.300
	Ordens Bancárias não Sacadas	508.442	507.599
	Transferências Concedidas	91.837.981	54.728.288
	Subtotal	19.714.502.998	21.884.741.187
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	428.691.855	335.608.496
	Outras Despesas Correntes	19.281.898.665	21.545.773.123
	Subtotal	19.710.590.520	21.881.381.619
FC Atividades de Investimento - Ingressos	Alienação de Bens	0	0
	Subtotal	0	0
Balanço Orçamento - Receitas de Capital	Alienação de Bens	-	0
	Subtotal	0	0
FC Atividades de Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	4.062.487	54.461
	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	7.250.252.218	7.193.242.706
	Outros Desembolsos de Investimentos	47.579	64.029
	Subtotal	7.254.362.283	7.193.361.196
Balanço Orçamento - Despesas de Capital	Investimentos	8.022.544	3.478.058
	Inversões Financeiras	7.250.252.218	7.193.242.706
	Subtotal	7.258.274.761	7.196.720.763

Fonte: Siafi/2026

8.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme a seguir:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Inscritos em 31 de dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Saldo</i>
Não Processados	5.690.449.669	141.343.396	5.192.419.687	5.186.552.017	362.554.256
Processados	183.157.736	9.992	0	181.214.324	1.933.420
Total	5.873.607.405	141.353.388	5.192.419.687	5.367.766.341	364.487.676

Fonte: Siafi/2026

<i>RP Não Processado</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais	1.178.247	4.385.047	1.143.914	1.143.914	0	4.419.380
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	212.651.131	5.440.227.717	5.191.275.773	5.177.395.811	138.206.683	337.276.355
Subtotal	213.829.378	5.444.612.764	5.192.419.687	5.178.539.725	138.206.683	341.695.734
Despesa de Capital						
Investimentos	10.052.415	21.955.112	8.249.460	8.012.292	3.136.713	20.858.522
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Subtotal	10.052.415	21.955.112	8.249.460	8.012.292	3.136.713	20.858.522
Total	223.881.794	5.466.567.876	5.200.669.147	5.186.552.017	141.343.396	362.554.256

Fonte: Siafi/2026

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex. Anteriores</i>	<i>Inscritos em 31 de dezembro do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	Pessoal e Encargos Sociais		326.896	168.939.112	168.818.919
	Juros e Encargos da Dívida	Juros e Encargos da Dívida		0	0	0
	Outras Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes		1.474.889	12.415.787	12.394.354
	Subtotal	Subtotal		1.801.785	181.354.899	181.213.273
Despesa de Capital	Investimentos	Investimentos		0	1.051	1.051
	Inversões Financeiras	Inversões Financeiras		0	0	0
	Subtotal	Subtotal		0	1.051	1,051
Total				1.801.785	181.355.951	181.214.324

Fonte: Siafi/2026

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

Ação Governo	Restos a Pagar Não Processados	REINSCRITOS	INSCRITOS	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
00H4	SEGURO DESEMPREGO	127.325.222	5.072.237.987	5.065.865.164	5.065.865.164	127.290.835	6.407.210
00M4	REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	4.556.381	14.245.336	5.493.375	5.493.375	0	13.308.342
00WI	APOIO FINANCEIRO A TRABALHADORES E PESCADORES ARTESANAIS RES	2.281.737	0	0	0	0	2.281.737
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0	3.337	0	0	0	3.337
0581	ABONO SALARIAL	0	92.788.097	11.733.432	11.733.432	0	81.054.665
162G	EXERCICIO DA PRESIDENCIA DO G20 PELO BRASIL	3.008.127	0	0	0	0	3.008.127
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.821.700	52.881.548	20.616.345	18.140.582	3.378.712	36.183.954
2004	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	342.078	510.181	54.775	54.775	0	797.484
2017	COMUNICACAO INSTITUCIONAL	143.232	0	0	0	0	143.232
20JT	GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	9.215.111	15.578.044	5.464.802	5.464.802	1.270	19.327.082
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.178.247	4.381.710	1.143.914	1.143.914	0	4.416.043
20YU	FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	438.890	4.235.498	973.384	402.410	686.683	3.585.295
20YV	DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	29.633	2.075	0	0	29.633	2.075
20YW	PRODUCAO DE CONHECIMENTO APLICADO PARA SUBSIDIAR POLITICAS P	248.258	993.648	234.021	234.021	444.883	563.002
20YY	ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	269.231	4.626.750	1.112.491	1.012.491	0	3.883.490
20Z1	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	33.701.655	61.571.154	28.363.197	28.363.197	250.030	66.659.583
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	132.162	366.144	165.141	165.141	0	333.164
215F	FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	9.860.219	32.280.924	18.674.546	18.674.218	393.811	23.073.115
21AX	GESTAO DAS POLÍTICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	1.814.506	7.385.156	980.768	979.028	315.205	7.905.429
21AZ	SISTEMA DE ESCRITURACAO DIGITAL DAS OBRIGACOES FISCAIS, PREV	0	44.435.038	10.219.464	0	0	44.435.038
21FU	GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	27.474	127.405	116.825	116.825	27.474	10.579
21G2	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	1.901.610	0	26.650	26.650	0	1.874.960

21G5	PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARACA	5.000.000	0	0	0	0	5.000.000
2A95	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL - PROJOVEM TRABALHADOR	2.979.691	0	0	0	0	2.979.691
2B12	FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	670.743	195.165	19.927	19.927	186.820	659.161
4245	CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	0	788.574	112.949	112.949	0	675.625
4257	CLASSIFICACAO BRASILEIRA DE OCUPACOES - CBO	0	3.048	0	0	0	3.048
4741	CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	13.593.951	43.759.949	23.353.591	23.039.538	8.223.913	26.090.449
4815	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	181.934	608.098	503.228	503.228	114.127	172.678
6067	APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0	12.052.082	5.441.158	5.006.350	0	7.045.733
8249	FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	0	510.930	0	0	0	510.930
8274	FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIM	160.000	0	0	0	0	160.000
Total		223.881.794	5.466.567.876	5.200.669.147	5.186.552.017	141.343.396	362.554.256

Fonte: Siafi/2026

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

Ação Governo	Restos a Pagar Processados	Reinscritos	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
00M4	REMUNERACAO A AGENTES FINANCEIROS	0	353.120	353.120	0	0
00OM	INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	0	118.027	118.027	0	0
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	0	5.717.205	5.717.205	0	0
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	0	15.276.820	15.276.820	0	0
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	96.033	1.715.568	1.782.030	9.748	19.823
2004	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	0	699.333	699.333	0	0
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	326.896	132.239.212	132.119.020	0	447.089
20YU	FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E INSPECAO EM SEGURA	0	281.289	268.583	244	12.462
20YV	DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	0	1.290	1.290	0	0
20YW	PRODUCAO DE CONHECIMENTO APLICADO PARA SUBSIDIAR POLITICAS P	110	3.792	3.792	0	110
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	931	7.875.267	7.875.267	0	931
215F	FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	0	64.460	7.193	0	57.267
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0	139.245	139.245	0	0
21AX	GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	0	34.631	17.409	0	17.222
21BX	BONUS DE EFICIENCIA E PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES ATIVOS DA	0	15.705.875	15.705.875	0	0
21FL	GESTAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	750	0	0	0	750
21FU	GESTAO E APOIO OPERACIONAL AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	0	2.203	2.203	0	0
2B12	FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	0	1.672	1.672	0	0
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	0	857	857	0	0
4741	CADASTROS PUBLICOS E SISTEMAS DE INTEGRACAO DAS ACOES DE TRA	1.377.058	954.993	954.993	0	1.377.058
4815	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	7	171.092	170.391	0	708
Total		1.801.785	181.355.951	181.214.324	9.992	1.933.420

Fonte: Siafi/2026

9 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

9.1 Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MTE obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/12/2025</i>	<i>AH%</i>
Atividades Operacionais	19.948.447.877	157%	15.042.028.653	33%
Atividades de Investimento	-7.254.362.283	-57%	-7.193.361.196	1%
Total	12.694.085.594	100%	7.848.667.457	62%

Fonte: Siafi/2026

9.2 Atividades Operacionais

A variação observada no grupo de Atividade Operacionais decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's do MTE, para maiores detalhes vide Nota 6.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada e do pagamento de Sentenças Judiciais.

9.3 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2026</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	62.241.327.861
	Atividades Operacionais	19.948.447.877
	Atividades de Investimento	-7.254.362.283
Subtotal		74.935.413.454
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa e Bancos	74.935.413.454
Subtotal		74.935.413.454

Fonte: Siafi/2026

10. BALANÇO FINANCEIRO

10.1 Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MTE e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>31/03/2026</i>	<i>AV%</i>	<i>31/03/2025</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	39.649.368.961	226%	38.813.327.887	2%
Despesa Orçamentária	-22.134.431.446	-126%	-26.405.078.699	-16%
Resultado Orçamentário	17.514.937.515	100%	12.408.249.187	41%
Transferências Financeiras Recebidas	86.331.885.187	-11179%	92.534.755.232	-7%
Transferências Financeiras Concedidas	-87.104.129.778	11279%	-94.755.129.109	-8%
Transferências Financeiras Líquidas	-772.244.592	100%	-2.220.373.877	-65%
Recebimentos Extraorçamentários	1.543.441.726	-38%	743.622.686	108%
Pagamentos Extraorçamentários	-5.592.049.056	138%	-3.082.830.540	81%
Resultado Extraorçamentários	-4.048.607.330	100%	-2.339.207.854	73%
Resultado Financeiro do Exercício	12.694.085.594	100%	7.848.667.457	62%
Geração Líquida de Caixa	12.694.085.594	100%	7.848.667.457	111%

Fonte: Siafi/2026

10.2 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação nas despesas orçamentárias decorre do pagamento de despesas com sentenças judiciais.

10.3 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

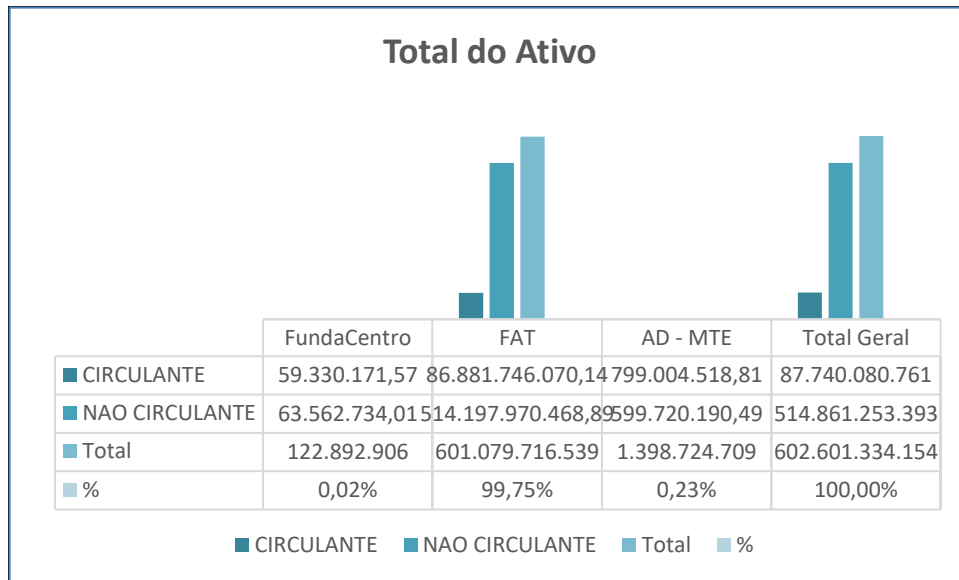
A variação observada nesse grupo decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's do MTE, para maiores detalhes vide Nota 6.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

10.4 Pagamentos e Recebimentos Extra orçamentários

A variação observada nesse grupo decorre da redução da inscrição de restos a pagar e da redução dos pagamentos referente a restos a pagar.

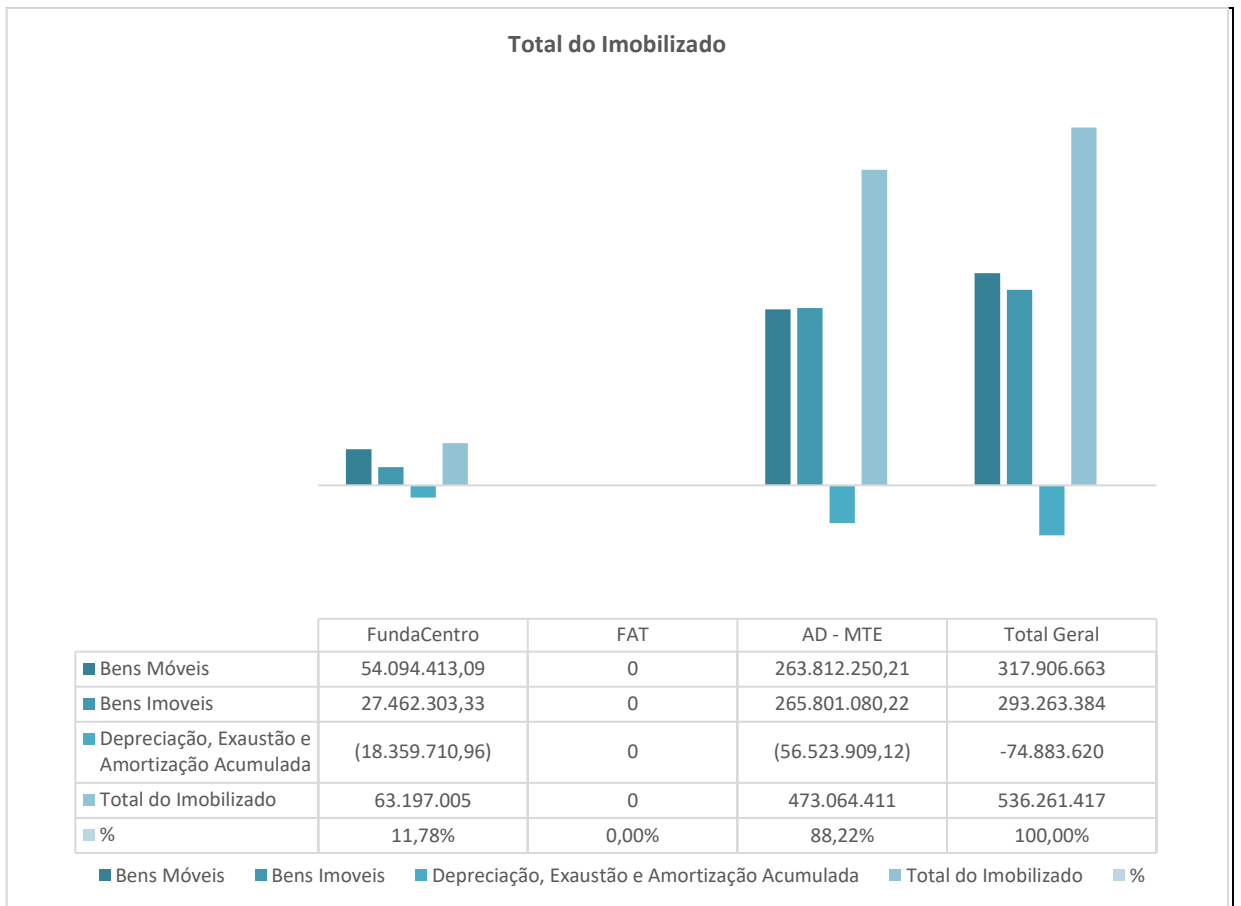
12 – ANEXO

No aspecto patrimonial, do total de ativos de R\$ 602,6 bilhões, 99,75% são do FAT, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: Siafi/2026

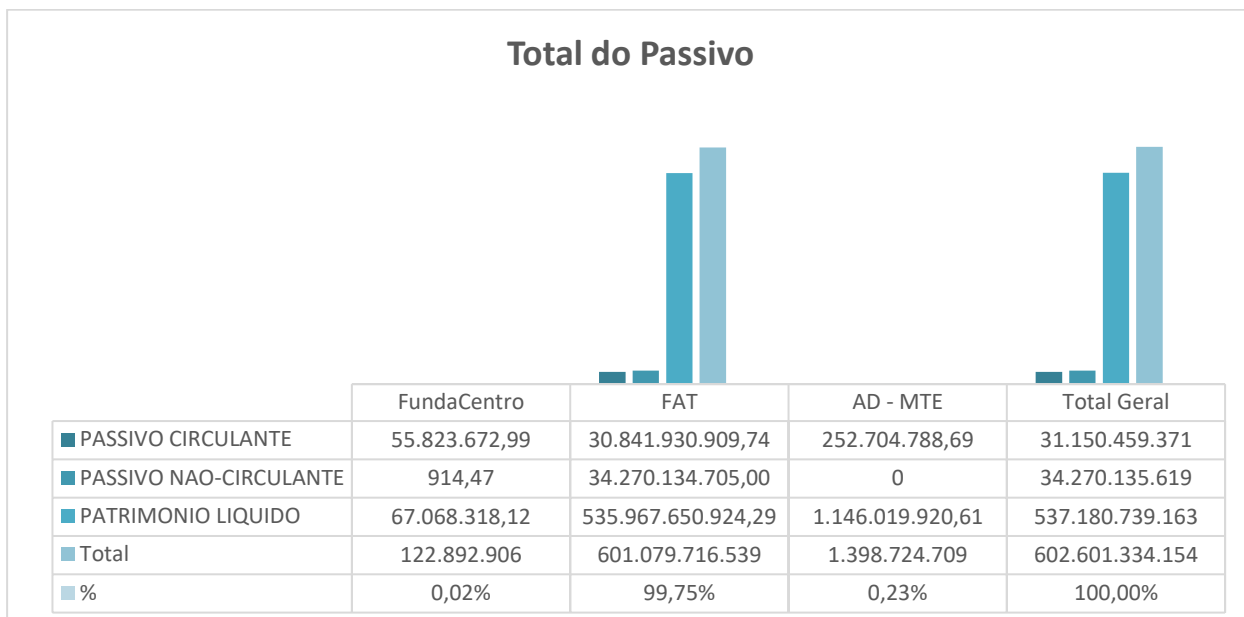
No gráfico a seguir apresenta-se os valores do imobilizado, segregando-os em: dedução dos ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável, órgão subordinado e bens móveis e imóveis:



Fonte: Siasi/2026

Os bens imóveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens é utilizado o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

A composição dos bens imóveis do MTE órgão superior tem maior representatividade no MTE Administração Direta conforme representação gráfica acima.



Fonte: Siafi/2026

O passivo circulante, R\$ 31,1 bilhões, representa 5,17 % do passivo total + PL, enquanto o passivo não circulante, cerca de R\$ 34,2 bilhões, representa 5,69%. Já o Patrimônio Líquido do Ministério do Trabalho, cerca de R\$ 537 bilhões, encontra-se concentrado no órgão FAT, 99,75%.